

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pedro Girardello da Costa

**DO NEOLIBERALISMO AOS NOVOS GOVERNOS “DESENVOLVIMENTISTAS”:
O CASO DA BOLÍVIA**

Monografia

FLORIANÓPOLIS

2009

PEDRO GIRARDELLO DA COSTA

**DO NEOLIBERALISMO AOS NOVOS GOVERNOS “DESENVOLVIMENTISTAS”:
O CASO DA BOLÍVIA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Área de Pesquisa: Evolução do Capitalismo Contemporâneo.

**FLORIANÓPOLIS
2009**

PEDRO GIRARDELLO DA COSTA

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota..... ao aluno Pedro Girardello da Costa na disciplina CNM 5420 – Monografia, do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, junho de 2009.

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a um grupo de pessoas sem as quais não teria sido possível a realização dessa monografia.

Agradeço primeiramente a minha família, minha mãe e meus pais, dos quais a experiência sempre foi de grande auxílio mesmo que a distância, principalmente durante a realização dessa monografia. E as minhas irmãs.

À minha namorada Aline, que sempre me incentivou.

E aos professores do curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina e em especial o professor Helton Ouriques, que além das aulas de economia Marxista e Capitalismo Contemporâneo nas quais aprendi muito, foi o meu orientador na elaboração desse trabalho.

RESUMO

A Bolívia além de passar pela exploração da população nativa ligada a colonização espanhola, mesma experiência de outros países latino-americanos, passou também no último século por duas guerras em que se foi perdido boa parte do território. A promessa do desenvolvimento, tendo o neoliberalismo como base, nas décadas de 1980 e 1990 foi um fracasso, e agora cabe a Evo Morales, um representante dos indígenas sendo ele próprio da etnia Aymara, tentar mudar esse cenário num dos países mais pobres do continente. O objetivo dessa monografia é descrever e analisar o processo histórico da formação dos novos governos desenvolvimentistas latino-americanos, e em especial o caso boliviano, quanto à transição/superação do modelo de desenvolvimento neoliberal.

Palavras chave: Bolívia, Evo Morales, neoliberalismo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação do investimento produtivo e do investimento financeiro no PIB dos EUA -----	12
Gráfico 2: Matriz Energética do Brasil -----	39
Gráfico 3: Importação e Exportação de Produtos entre Bolívia e Brasil -----	42
Gráfico 4: Importações brasileiras de origem boliviana -----	42
Gráfico 5: Importações bolivianas de origem brasileira -----	43
Gráfico 6: Evolução da porcentagem da população pobre na Bolívia -----	49
Gráfico 7: Taxa de crescimento do PIB da Bolívia -----	50
Gráfico 8: PIB per capita da Bolívia de acordo com a PPC -----	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Pobreza de 1999 até 2006 -----	48
Tabela 2: Índices de paridade do poder de compra (PPC) da Bolívia -----	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território Inca Pré Colonização -----	14
Figura 2: Mudanças no território boliviano -----	22

LISTA DE SIGLAS

BTU	Unidade termal britânica de volume de gás
CEPAL	Comissão Econômica para America Latina e Caribe
DEA	Departamento de Análise Econômica
ENAF	Empresa Nacional de Mineração Bolívia
ENDE	Empresa Nacional de Eletricidade Bolívia
ENTEL	Empresa Nacional de Telecomunicação da Bolívia
ENFE	Empresa Nacional de Ferrovias
EPSM	Economia Política Sistemas Mundo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNV	Gás Natural Veicular
IDH	Índice de desenvolvimento humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
LAB	Empresa Aérea Boliviana
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)
OICS	Organização Internacional de Controle de Substâncias
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PIB per Capita	Produto Interno Bruto per Capita
PPC	Paridade do poder de compra
UNCTAD	Central de troca e comércio das Nações Unidas
YPFB	Depósitos Petrolíferos Fiscais Bolivianos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 METODOLOGIA	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A EPSM:	16
2.2 A GLOBALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:	17
2.3 PERÍODO DE TRANSICÃO HEGEMÔNICA DO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA:	19
3. BOLÍVIA: DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA:	22
3.1 HERANÇAS PRÉ-COLOMBIANAS	22
3.2 COLONIZAÇÃO ESPANHOLA	25
3.3 LUTA PELA INDEPENDÊNCIA	26
4. A BOLÍVIA DO SÉCULO XX:	28
4.1 AS DUAS GUERRAS: DO PACÍFICO E DO CHACO	28
4.2 A REVOLUÇÃO DE 1952	30
4.3 A INFLUÊNCIA CEPALINA	34
4.4 A DISSEMINAÇÃO DO LIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON	36
4.5 A BOLÍVIA NA TRILHA DO NEOLIBERALISMO	37
5. O GOVERNO MORALES:	40
5.1 A TRAJETÓRIA DE EVO MORALES	40
5.2 A FOLHA DE COCA:	42
5.3 O EPISÓDIO DO GÁS NATURAL	45
5.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA:	48
5.5 SEPARATISMO:	51
5.6 PROGRAMAS E FOCO DO GOVERNO MORALES	53

5.7 OUTROS DADOS SOBRE A BOLÍVIA E AMÉRICA LATINA.....56

6. CONCLUSÃO60

REFERÊNCIAS.....62

1. INTRODUÇÃO:

A Bolívia vem, desde 1952, alternando a importância dada aos objetivos das gestões de seus governos. Isso se torna mais claro quando vemos que em 1952, quando o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tomou o poder, foram nacionalizadas as minas, tornando o próprio governo o “motor” do desenvolvimento nacional. Depois vieram os anos de liberalismo econômico, que abriram as portas para o livre comércio ao redor do mundo, e na Bolívia não foi diferente.

Os países latino-americanos atravessaram durante os anos 80 um período de turbulência econômica como nunca antes visto. Países como Brasil, Argentina, Bolívia e México enfrentaram gravíssimas restrições econômicas provenientes do que ficou conhecido como “crise da dívida”. Nos anos 70, com a elevação dos preços do petróleo, os produtores desse combustível passaram a depositar grandes quantidades de dinheiro nos bancos ocidentais. Essa excessiva liquidez do sistema financeiro fez com que os empréstimos a países em desenvolvimento aumentassem consideravelmente. Na década seguinte, anos 80, boa parte dos países centrais, incluindo os Estados Unidos, entraram em crise e passaram a importar menos dos países periféricos, e como se isso não bastasse começaram a cobrar os empréstimos realizados na década anterior. Isso devastou a economia latino-americana de tal modo que o período (anos 80) ficou sendo conhecido como “década perdida”, pois metade dela foi gasta combatendo a inflação e a outra metade a “explosão” da dívida externa.

Durante esse período foi de fundamental importância a participação do FMI, que impôs aos países endividados metas a serem seguidas em troca de meios para honrar seus compromissos. Boa parte dessas medidas adotadas nos anos 80 ia na direção das diretrizes estabelecidas no que ficou sendo conhecido como “Consenso de Washington” (conferência entre economistas de instituições financeiras baseadas em Washington realizada em 1989), que pregava a livre mobilidade de mercadorias e capitais, reduzindo assim a participação do estado na economia e priorizando o pagamento da dívida em relação ao desenvolvimento nacional. Isso explica em parte as duas décadas de baixo crescimento das economias latino-americanas no período seguinte à adoção dessas políticas neoliberais.

Na Bolívia, todo o processo de nacionalização estruturado na década de 50 foi revertido em privatizações. Foram privatizadas, durante o governo de Sanchez Lozada (primeiro mandato de 1993 até 1997 e segundo mandato 2002 até 2003), as empresas estatais de petróleo e gás, telecomunicações, energia, mineração entre outros.

De meados da década de 90 em diante surgem as primeiras manifestações contrárias à ideologia dessa política de liberalização comercial proposta pelo “consenso de Washington”. Tanto a eleição de Evo Morales na Bolívia (2006) quanto as eleições de Hugo Chavez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003) e Rafael Correa no Equador (2007) apontam para uma crescente retomada do poder desenvolvimentista do estado. É importante ressaltar que as políticas de desenvolvimento de cada um desses governantes diferem entre si, mas têm muito em comum também por serem todos eles considerados de “esquerda” ou “centro-esquerda”.

Assim, os governos vêm tentando puxar para si novamente as rédeas do desenvolvimento nacional. A idéia de que a liberalização traria o desenvolvimento fracassou nos países periféricos, que agora tentam buscar novos rumos para retomar o crescimento da economia e melhorar a vida de seus cidadãos.

Para que possamos compreender o atual momento político e econômico na Bolívia, é necessário regressarmos no tempo para entendermos a origem da cultura boliviana da época anterior à colonização, que exerce importante influência na sociedade boliviana até os dias de hoje. Por isso o segundo capítulo dessa pesquisa se destina a contextualizar o desenvolvimento histórico do povo boliviano, desde a época pré-colonização, passando pelo período da independência nacional, no ano de 1825.

O terceiro capítulo trata dos acontecimentos marcantes que reconfiguraram o território boliviano durante os séculos XIX e XX. Nesse capítulo são tratados assuntos como as duas guerras das quais a Bolívia tomou parte neste século passado, além de assuntos que afetaram o atual sistema-mundo, e, como não poderia deixar de ser, a Bolívia, como por exemplo, a disseminação das teorias neoliberais. De acordo com Tariq Ali (2008), os movimentos sociais latino-americanos não se baseiam somente numa tradição insurrecional de longa data, pois podem também ser atribuídos diretamente à desordem econômica provocada pelo Consenso de Washington.

O quarto e último capítulo desta pesquisa se destina à descrição e análise do atual governo boliviano, incluindo os principais projetos sociais de Evo Morales e uma análise fundamentada nos dados disponíveis sobre a atual gestão do governo. Deve-se levar em consideração, contudo, que se passaram apenas três anos desde que a atual gestão iniciou, e assim os dados disponíveis são referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008, período demasiadamente reduzido para uma análise mais aprofundada.

1.1 Tema e problema

A atual conjuntura na qual se encontram os países latino-americanos, e em especial a Bolívia, que será o tema deste estudo, é tal que a população parece disposta a aumentar o poder do estado visando ao bem estar da nação, quadro exemplificado pela negação da proposta neoliberal e pela eleição de governantes que representem essa ideologia “esquerdista”. Mas ao mesmo tempo temos um capitalismo desenvolvido tanto economicamente quanto ideologicamente para atingir o lucro a qualquer custo. Devido à integração mundial dos sistemas financeiros, quantidades cada vez maior de capital giram o globo atrás de taxas de lucro mais atraentes, sem demonstrar qualquer compromisso para com o desenvolvimento da nação na qual esses recursos são aplicados. É dessa aparente contradição entre o desenvolvimento nacional e a busca pelo lucro a qualquer custo que surgem as questões que eu pretendo desenvolver nessa pesquisa. São elas: 1) conseguirá esse novo governo democrático boliviano atender às demandas da população que o elegeu, melhorando de fato a qualidade de vida dos cidadãos? 2) como o sistema-mundo capitalista responderá nesse ambiente de disputa de interesses do grande capital e dos anseios da população? 3) Quais as condições (econômicas e políticas) que terá o governo Evo para impor seus projetos visando ao crescimento da economia nacional?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar empírica e historicamente o desempenho do governo “desenvolvimentistas” boliviano, quanto à transição/superação do modelo de desenvolvimento neoliberal.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar o desempenho do estado nacional desenvolvimentista do governo Evo Morales na Bolívia.
- Mostrar as origens da cultura boliviana pré-colombiana que segue influenciando tanto a política quanto a economia do país.
- Analisar as relações comerciais entre a Bolívia e o Brasil, em especial o caso do gás natural, assunto de grande interesse contemporâneo para os dois países.

1.3 Justificativa

A elaboração dessa pesquisa se justifica pelo fato de ser um tema contemporâneo que mostra como um país vizinho ao nosso Brasil tem enfrentado dificuldades ainda maiores que as nossas na sua luta pelo modelo de desenvolvimento econômico ideal. Além disso, dado o crescimento da utilização do gás natural boliviano pelo Brasil, tanto na indústria quanto como combustível automotivo, trata-se de um tema que influencia amplamente a economia brasileira. Pois como bem sabemos o petróleo é um combustível não renovável que tem um prognóstico de crises cada vez mais frequentes, o que torna o estudo socioeconômico das mudanças que vem ocorrendo na Bolívia e nos outros países da América Latina ainda mais importante para nossa economia.

1.4 Metodologia

A pesquisa aqui apresentada utiliza tanto a coleta de dados quanto a pesquisa bibliográfica. Estas duas metodologias se mostram necessárias para ilustrar empírica e historicamente um retrato da atual economia boliviana.

A busca de dados foi elaborada tendo como fonte principal o Instituto Nacional de Estatística da Bolívia, ou INE, que reúne dados econômicos e sociais referentes ao país desde

1863. Foram utilizados como fonte alternativa de dados, revistas, periódicos e artigos publicados a respeito do assunto.

Utilizarei o instrumental proposto pela teoria metodológica da Economia Política dos Sistemas-Mundo, por ser uma abordagem tanto econômica quanto sociológica, que visa a compreender o desenvolvimento conjunto da economia-mundo e suas partes integrantes, cobrindo não só o aspecto econômico da região estudada mas também suas dimensões sociais e históricas. Para a elaboração do texto foi realizada uma pesquisa bibliográfica principalmente a partir de autores contemporâneos que tratam do assunto desenvolvimentista. Sintetizando as idéias expostas por esses autores, irei aplicá-las na análise de dados empíricos sobre a América Latina, e a Bolívia em especial, visando a responder as perguntas expostas nos objetivos dessa pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EPSM:

A visão que a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) utiliza para sua interpretação econômica, e que utilizarei nesse projeto, surgiu da necessidade de pesquisadores interessados em dar continuidade ao campo de pesquisa aberto por Immanuel Wallerstein no Livro “*O Moderno Sistema Mundial*” em 1974. Podemos dizer que a Economia Política dos Sistemas-Mundo estuda o surgimento, desenvolvimento e a desintegração dos sistemas sociais históricos. Cobre aspectos não meramente econômicos da região em questão, mas também históricos e sociais.

Os sistemas sociais podem ser divididos de acordo com sua abrangência geográfica e temporal. Podem ser mini-sistemas, abrangendo algumas poucas tribos, por exemplo, por um determinado período. E, por outro lado, podem ser sistemas-mundo, que englobam todo o planeta. Atualmente, como defende Wallerstein, vivemos em um sistema-mundo – a economia mundo capitalista: “Capitalismo e economia-mundo são dois lados da mesma moeda. Um não é a causa do outro. Estamos meramente definindo aspectos do mesmo indivisível fenômeno” (WALLERSTEIN, 2000, p. 76).

Essa perspectiva de análise se mostra a mais adequada para essa pesquisa, por superar a divisão entre as ciências sociais (economia, ciência política, sociologia e história), já que para compreendermos o presente da Bolívia temos que levar em consideração o seu passado. Além disso, a proposta da EPSM, caracteristicamente sistêmica, nos permite relacionar tanto centro quanto periferia sob uma mesma ótica, tendo em vista que são interdependentes. Essa colocação se clarifica ao compreendermos que a partir do período das grandes navegações, (século XVI) em que novos territórios foram agregados ao já existente capitalismo europeu, passaram todos a integrar o sistema-mundo capitalista. Em outras palavras, apesar de cada lugar manter culturas e costumes diferentes, estão todos interligados na divisão do trabalho do sistema capitalista de produção. Como afirma Wallerstein,

¹ WALLERSTEIN, I.: El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Mexico, DF: Siglo Veintiuno Editors, 1979.

(...) eu não acredito na atual divisão entre as várias ciências sociais – em ordem alfabética – antropologia, economia, geografia, política social e sociologia sejam matérias independentes ou unidades distintas de análise. Eu acredito que, na verdade, são todas partes de uma mesma matéria.(WALLERSTEIN, 1979)

2.2 A globalização e o desenvolvimento latino-americano:

Nesta perspectiva proposta, boa parte dos países da América Latina são considerados semi-periféricos. Segundo Giovanni Arrighi, em *A ilusão do desenvolvimento* (1997) a semi-periferia é localizada naquele espaço que cobre as regiões onde a soma dos “excedentes” que entram e saem flutua perto do ponto zero, o que sugere uma situação intermediária na hierarquia da economia global. Ou, em outras palavras, ele utiliza o termo semi-periferia para se referir a uma posição intermediária na divisão internacional do trabalho. É interessante ressaltar que, tanto pela ótica da dependência, quanto pela da teoria da modernização a “semi-periferia” é vista como um passo transitório. A teoria da dependência diz que as posições de desenvolvimento intermediárias são temporárias, pois existe uma tendência à polarização da economia mundial. O que significa dizer que a “semi-periferia” é empurrada ou para o núcleo ou para a periferia. A teoria da modernização também diz que a “semi-periferia” é transitória, e se trata na verdade de um passo, ou uma posição intermediária do atraso rumo ao desenvolvimento (núcleo).

De qualquer forma, ou por qualquer ótica que se utilize, ambas as teorias estão de acordo em afirmar que a “semi-periferia” é uma posição transitória e não estacionária. O que traz à tona a contradição de que essas posições, supostamente intermediárias, incluem os mesmos países já há algumas décadas. Talvez isso se explique pelo fato de que a discrepância entre os salários pagos à mão de obra em um país central e na periferia é tremenda, o que torna os países periféricos mais atraentes ao capital externo e para as grandes corporações. Ou seja, dentro do atual contexto, quanto mais explorado o trabalhador da periferia, melhor a produtividade, e assim mais atraente é o território para o capital externo. O efeito colateral desse sistema é que há uma degradação cada vez maior da força de trabalho dos países em desenvolvimento em vez de propiciar-lhes uma oportunidade de “alcançarem” o status de núcleo.

Ainda de acordo com Arrighi, não é uma atividade específica que vai determinar se o estado é parte do núcleo ou da periferia. Isso porque em determinado contexto, ou tempo

histórico, as atividades características de núcleo e de periferia tendem a mudar. Um exemplo disso seria a indústria automobilística, que em seu nascimento caracterizava-se por ser uma atividade do núcleo, e hoje em dia devido aos menores custos de produção e mão de obra, se caracteriza por ter linhas de montagem em países em desenvolvimento. Nesse novo contexto, o núcleo é responsável pela idealização do projeto, detendo assim a atividade que agrega maior valor ao produto, e a parte prática de montagem é realizada na periferia.

A decisão de se produzir no núcleo ou na periferia, por parte dos grandes detentores de capital, não está restrita apenas a uma decisão de custo de mão-de-obra ou de matéria prima. Isso porque os estados nacionais têm soberania sobre seu território, o que significa dizer que impostos, tarifas e outros custos, assim como benefícios e isenções, têm de ser levados em conta. Nesse aspecto, temos uma árdua disputa de interesses entre o grande capital e os estados nacionais. Um em busca do lucro sobre o investimento, e o outro em busca do desenvolvimento. Esse conflito não é novo, tendo surgido com a globalização e a difusão tecnológica que ocorreu após a revolução industrial no século XIX. A diferença é que na época as informações circulavam o globo transmitidas por cabos de telégrafo submarino, e hoje são transmitidas por satélites e computadores: “As teorias da globalização significam que temos uma economia em que todas as partes do mundo são ligadas por mercados que compartilham informações quase em tempo real” (ARRIGHI, 1997 p153)

O problema inerente a esse mercado globalizado é que esse excesso de volatilidade do capital permite que em pouco tempo o capital circule o globo atrás da taxa de retorno mais atrativa, dando origem a ações oportunistas por parte de investidores, podendo estes “encher” um país de dinheiro em um dia, e “quebrá-lo” perante o surgimento de uma taxa de retorno mais elevado do outro lado do planeta. Se outrora cada país tinha de se preocupar com crises dentro de seu próprio mercado, ou talvez em um país vizinho com quem este primeiro mantinha relações comerciais, hoje em dia, pelo fato de o mercado ser um só, uma crise em qualquer lugar do globo tem o potencial de afetar a todos. Ou seja, a globalização financeira expõe os estados nacionais às variações desse mercado integrado global.

2.3 Período de transição hegemônica do sistema-mundo capitalista:

Como propõe Arrighi em *Caos e Governabilidade* (2001), o sistema-mundo capitalista sempre teve uma nação centralizadora do poder, e essa nação tinha e ainda tem uma empresa “característica” desse período. Foi assim com as grandes companhias de navegação holandesas, depois com a revolução industrial, quando a Inglaterra mostrou ao mundo as grandes fábricas, e posteriormente com os Estados Unidos e as grandes empresas capitalistas. Esses países, cada qual em seu tempo, tinham vantagens comerciais, produtivas, financeiras e militares em relação aos outros, obtendo assim o título ou o status de nação hegemônica do período.

Assim como cada hegemonia tem sua empresa característica, o “pacto social” entre o capital e o empregado, ou entre dominantes e dominados dentro do próprio país, também se altera. Como cada hegemonia sempre cresce em escala em relação à anterior, se torna necessário beneficiar uma parcela cada vez maior da população para se legitimar no poder. O problema aparece quando vemos que, no sistema capitalista, para um país periférico se tornar central, ou vice-versa, é necessário que um país central se torne periférico. Ou, em outras palavras, o sistema capitalista não comportaria o desenvolvimento igual e para todos.

A mesma analogia se aplicaria ao desenvolvimento interno de um país, pois para que a classe operária se torne elite, a elite tem que “descer” na escada social. Assim, o benefício de um se dá à custa do outro. Se a classe média passar a receber benefícios a ponto de ser considerada elite, o preço será pago pelas classes mais baixas ou pela redução dos benefícios concedidos às próprias elites. Exemplos históricos para fundamentar essa teoria não são poucos. Podemos citar a hegemonia holandesa, que se fortaleceu ao “incorporar” a elite os comerciantes, classe que prosperava cada vez mais em consequência da expansão marítima que proporcionou novos mercados a serem explorados. Nos Estados Unidos em 1776, a independência americana apenas mudou o poder das mãos dos ingleses para as mãos das elites coloniais locais, e o preço de não proporcionar benefícios às classes que aspiravam ao poder foi a guerra civil entre norte e sul, que dividiu o país anos depois. A própria Revolução Francesa, que em 1789 foi marcada pela violência citada até hoje, se deu pela perda de legitimidade da monarquia da época que, mesmo vendo a fome e a pobreza que

assolavam as classes mais baixas, nada fez. Como resultado, a burguesia emergente se aliou a essa população carente resultando num movimento forte o bastante para a tomada do poder.

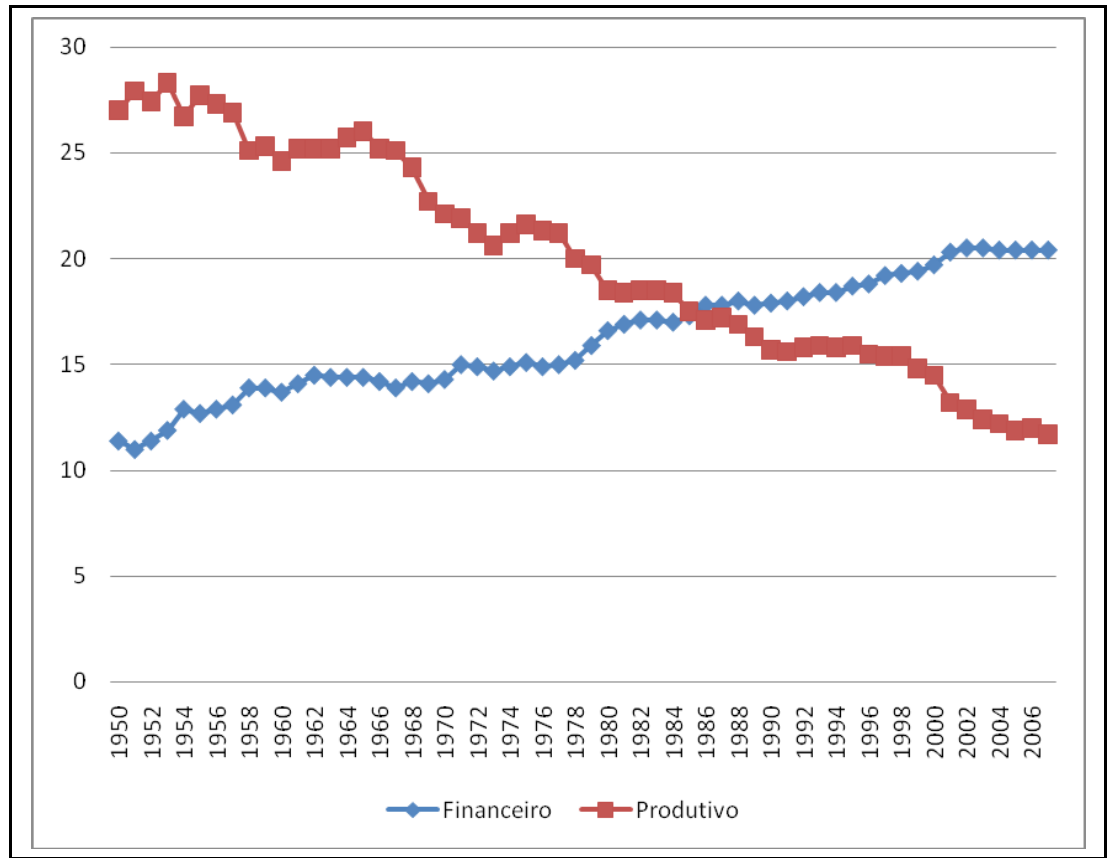


Gráfico 1: Participação do investimento produtivo e do investimento financeiro no PIB dos EUA
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Departamento de Análise Econômica dos EUA (DEA)

Na atual hegemonia, os Estados Unidos enfrentam um perigo diferente do que enfrentavam as hegemonias passadas: a financeirização econômica. De acordo com Arrighi, o declínio de uma potência hegemônica se dá quando o investimento produtivo é ultrapassado pelo investimento financeiro. Ou seja, o investimento na produção se torna menor do que o investimento no mercado financeiro, em que não há produto. O problema que surge como resultado dessa financeirização econômica, como explica Kevin Phillips (2008), é que o mercado financeiro não consegue alimentar uma grande classe média, isso porque só uma pequena elite de qualquer população nacional é capaz de participar de lucros na bolsa, dos bancos mercantis e dos escritórios contábeis. Isso, enquanto uma supremacia nos outros setores tradicionais como comércio, indústria e transportes permite que uma gama muito maior da população participe nesses ganhos. E como podemos ver no gráfico 1, desde meados da década de 1980 o investimento financeiro ultrapassou o produtivo em participação

no PIB dos Estados Unidos. Dessa maneira, embora os trabalhadores industriais possam ser uma espécie em extinção nos países do centro, em outros lugares, sobretudo na Ásia, e especialmente na China, a classe trabalhadora vem aumentando em tamanho e centralidade, explica Phillips. O que reforça a idéia de que vivemos atualmente um momento de transição hegemônica.

Embora os Estados Unidos ainda detenham certa hegemonia sobre a tecnologia militar, tanto na esfera produtiva quanto na comercial já há algum tempo que não se pode considerar os Estados Unidos uma potência de poder incomparável. Países da Europa e principalmente da Ásia vêm tomando conta cada vez mais da produção e da comercialização, até como consequência da atual divisão internacional do trabalho.

Que a atual hegemonia americana está com seus dias contados não restam dúvidas argumenta Arrighi em *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial* (2001); agora, qual país (ou grupo de países) será centralizador dos poderes produtivos, comerciais, financeiros e militares é uma questão que os autores que tratam do tema preferem deixar em aberto. Existe grande possibilidade de vir a ser uma nação asiática, como a China, por exemplo, mas só o tempo poderá nos dizer com exatidão se essas previsões são acertadas ou não.

3. BOLÍVIA: DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA:

3.1 Heranças pré-colombianas

O território que hoje conhecemos como Bolívia, antes da colonização espanhola no século

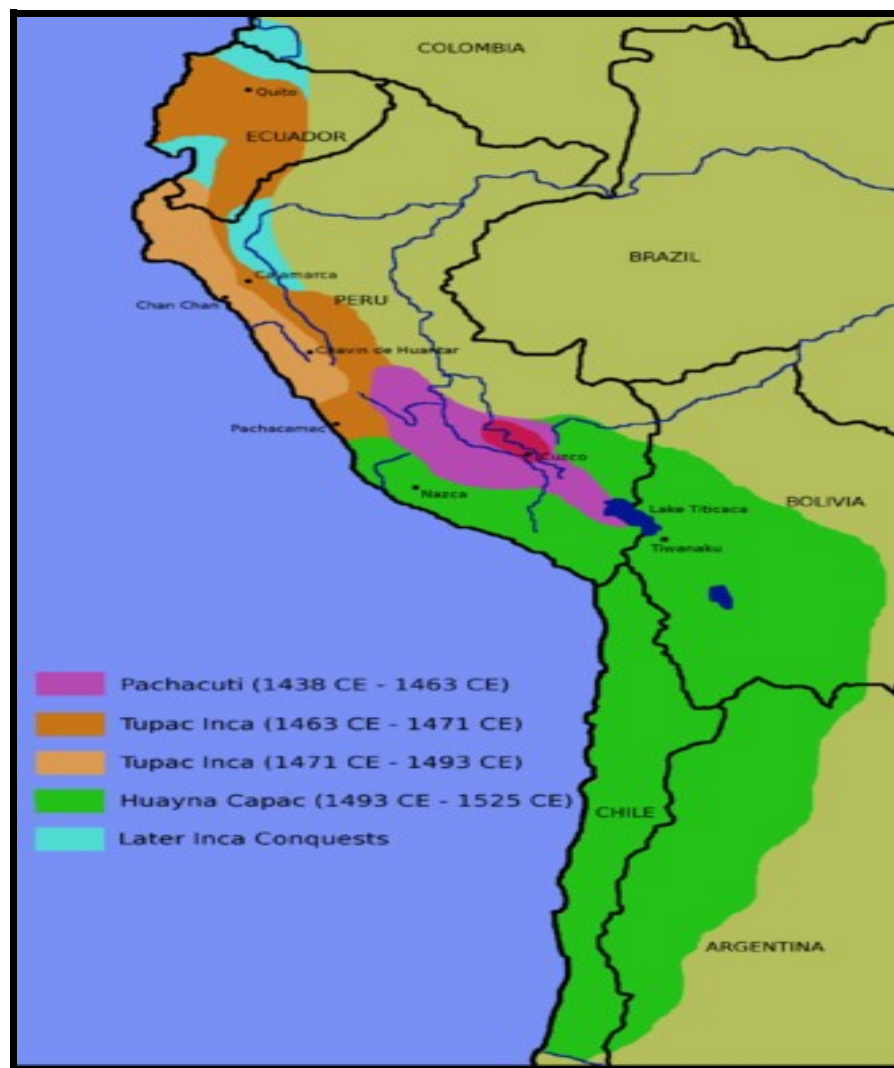


Figura 1: Território Inca Pré Colonização
Fonte: Acervo virtual Wikimédia Commons

XVI fazia parte do império Inca², como mostra a área em verde da Figura 1. Este, que foi o maior império latino americano da era pré-colombiana, chegou a se estender, no seu ápice, do que é hoje o Equador ao Norte até a Argentina ao Sul, passando pelo Chile, pela Bolívia e

² Como mostra a Figura 1, o império Inca se localizava apenas na Bolívia ocidental de hoje. Na Bolívia oriental as origens culturais são outras. O clima andino da lugar ao tropical, o que explica o desenvolvimento da agricultura na região.

pelo Peru, como podemos observar na figura da página anterior. Durante esse período (até o século XV), o império chegou a ter 4500 km de comprimento de norte a sul por 450 km de largura de leste a oeste. Esse território era unido por estradas e pontes, cuja tecnologia de construção já era plenamente dominada pelos incas.

Para compreendermos a cultura boliviana, é interessante entender as suas origens e por isso uma explanação a respeito da organização da sociedade andina se torna necessária.

A sociedade Inca era dividida em classes. A primeira era a realeza, que incluía o imperador, que era divinizado, tido como descendente direto dos deuses, e por isso conhecido como *O Inca*. Residia com sua família na cidade de Cuzco (atual Peru). Abaixo dele estavam os governadores das quatro províncias nas quais o império era dividido. Estes governadores eram homens extremamente poderosos, pois a eles era incumbida a função de coletar impostos e tributos, resolver discórdias entre os cidadãos e manter a ordem. Mais abaixo estavam os camponeses que constituíam a grande maioria da população Inca. Para esses camponeses a estrutura de organização econômica e social era o *ayllu*, comunidade composta por diversas famílias que acreditavam ter um antepassado em comum. Este conjunto de famílias, com sua administração tanto econômica quanto social, funcionava quase que como um estado autônomo, de acordo com Jorge Miranda Luizaga em entrevista concedida a Raimundo Caruso para o livro *Bolívia Jakaskiwa* (2008). Cada *ayllu* era autônomo no sentido de organizar sua justiça; cada *ayllu* ocupava um determinado território e o *kuraca* era o líder por um tempo limitado do *ayllu*, cabendo a ele a distribuição de terras para os camponeses aptos ao trabalho. O poder deste *kuraca* era limitado, pois ele deveria servir ao *ayllu* e não servir-se dele.

Este modelo, construído pela sociedade andina, consiste em articular todos os elementos sociais, para que o homem possa expressar-se livremente e satisfazer suficientemente suas necessidades materiais... No modelo social do *ayllu*, o que rege a vida da sociedade é a reciprocidade expressa na cooperação econômica e social. Por isso nosso modelo (*ayllu*) define a propriedade como comum e privada. É sobre esta lógica que se constrói o *ayllu*. (CARUSO, 2008 p201).

De tempos em tempos era convocada uma assembléia que reunia os membros do *ayllu*, e ali era determinada a utilização coletiva da terra e dos recursos naturais da comunidade, ou seja, o que devia ser plantado; se a terra tinha sido utilizada em demasia no período anterior e, se o solo se encontrava pobre em nutrientes, a terra podia ficar de “descanso”. Se o *ayllu* vizinho necessitava de pastos em troca de água, por exemplo, isso também era decidido nessa assembléia.

Esse sistema comunitário de gestão da terra vai contra a filosofia do sistema capitalista ocidental, que trata a terra como um bem qualquer, que pode ser usada, vendida alugada e até usada como garantia. A proposta socialista, apesar de mais parecida com a indígena no sentido dos bens comunitários, também difere da indígena no sentido de que o socialismo trata da busca pelo bem estar humano, enquanto o modelo indígena envolve tanto a natureza quanto o mundo natural e espiritual. Na visão indígena, exposta na entrevista de Alejandro Almaraz, vice ministro de Terras da Bolívia, para o livro *Bolívia Jakaskiwa*, é de que a terra comunitária jamais poderá ser vendida, pois a propriedade comunitária, em oposição à individual presente no sistema capitalista, oferece a uma comunidade como um todo um meio de subsistência. Além disso, a comunidade tratará muito melhor uma determinada faixa de terra se souber que esta será sempre sua, não podendo ser usada como mercadoria apenas.

A compreensão do funcionamento desse sistema socioeconômico andino é de extrema importância ainda nos dias de hoje, pois desde a colonização espanhola que a Bolívia sente a carência de uma legislação que leve em conta o modelo andino de reger a sociedade. De acordo com a entrevista de Jorge Luizaga e Viviane Natcheff, publicada no livro *Bolívia Jakasiwa*, o modelo capitalista ocidental implantado desde a colonização espanhola é tido como um fracasso:

(...) o sistema social do *ayllu* é a arma para enfrentar os modelos privatistas, corporativistas e coletivistas, pois todos sabemos que tais modelos não somente são inadequados, mas que têm sido um total fracasso em nossa sociedade e em outras. Aí está a crise econômica e a desintegração generalizada dos últimos tempos. O modelo social do *ayllu* é o único modelo próprio, transformador, enraizado histórica e culturalmente na nação andino-amazônica. (CARUSO. 2008 p.202)

Essa opinião é compartilhada por Ramiro Reinaga, escritor e conferencista internacional em entrevista ao livro *Bolívia Jakaskiwa*:

A civilização andina é muito diferente da branca, de estilo europeu. No *ayllu* não há dinheiro, não há prostíbulos, não há manicômios, não há presídios, nunca houve. No *ayllu* ninguém passa fome porque isso é problema da comunidade, e não individual. A comunidade é responsável. É tudo ao contrário do que se tem aqui [capitalismo]. Se alguém está doente, faminto, passa frio ou é analfabeto, é exclusivamente problema dele que não se esforçou o suficiente, dizem os brancos privilegiados. Esta é uma civilização que não nos interessa. (CARUSO.2008 p.245).

3.2 Colonização espanhola

A colonização espanhola do território onde é hoje a Bolívia se deu a partir de 1524, quando Francisco Pizarro e Diego de Almagro, que navegavam ao longo da costa do Pacífico, lideraram uma expedição para explorar as riquezas da costa da América Latina. Eles encontraram um império Inca que já não era a potência de outrora, pois uma guerra pelo poder estava em curso após a morte do imperador Capac em 1527. Mesmo assim a conquista espanhola só foi possível através de alianças com tribos indígenas inimigas dos Incas.

Com a conquista espanhola, onde antes havia povos indígenas com culturas e tecnologias diferenciadas, agora se via apenas força de trabalho. Se antes havia uma certa hierarquia social com pessoas que tinham habilidades de arquitetos, médicos e até cirurgiões, agora se viam apenas trabalhadores explorados ao extremo nas minas. A mais famosa delas localizada na cidade de Potosí, chegou a fazer com que a cidade andina tivesse mais habitantes do que Madri, Roma e Sevilha, e o mesmo número que Londres no ano de 1573. Um novo censo realizado em 1650 apontava 160 mil habitantes na cidade andina, o que se equipara a dez vezes a população de Boston na mesma época, como estima Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina* (1976). O início do século XVIII marca o declínio da sociedade mineira andina, como explica Galeano:

(...) aquela sociedade potosina, enferma de ostentação e desperdício, só deixou na Bolívia a vaga memória de seus esplendores, as ruínas de seus templos e palácios, e oito milhões de cadáveres de índios...A Bolívia, hoje um dos países mais pobres do mundo, poderia vangloriar-se, se isso não fosse pateticamente inútil, de ter alimentado a riqueza dos países mais ricos. Em nossos dias, Potosí é uma pobre cidade da pobre Bolívia. A cidade que mais deu ao mundo é a que menos tem. (GALEANO, 1976, p.44).

Com a proliferação da mineração houve uma significativa piora da qualidade de vida da população local, pois se antes o sistema *ayllu* garantia com que não houvesse fome e os que não podiam trabalhar por qualquer que fosse a razão, tinham a comunidade que lhes tomava conta, agora com a chegada dos espanhóis e do antropocentrismo ocidental, que tinha no homem o centro do mundo e por isso a “permissão” de destruir a natureza, a fome e a doença se espalharam. De acordo com Caruso, os espanhóis trouxeram o egoísmo, o individualismo e a iniciativa privada, e por isso a Bolívia luta até hoje pela sua descolonização. Dados expostos por Eduardo Galeano em *Veias abertas da América Latina* apontam que quando os europeus chegaram as Américas no século XVI a população indígena

no continente era de aproximadamente 90 milhões; um século e meio depois, tinha sido reduzida a apenas 3,5 milhões.

3.3 Luta pela independência

A região da atual Bolívia se manteve sob domínio da coroa espanhola até o início do século XIX, mais precisamente 1825, data do reconhecimento da independência. Desde o século XVI, os espanhóis vinham enfrentando constantes rebeliões indígenas e com a ameaça de invasão napoleônica no início do século XIX a coroa espanhola se viu enfraquecida e incapaz de silenciar a revolta nas suas colônias na América Latina.

A reação indígena para com a cristianização e a conversão ao sistema de valores europeu foi variada. Enquanto algumas tribos se adaptaram a esse sistema de economia de mercado, outras mantiveram suas crenças, apesar dos esforços espanhóis, e as revoltas contra os “homens brancos” se tornaram cada vez mais frequentes. A situação se tornou ainda mais grave quando, no século XVIII, a coroa espanhola demandou um aumento da tributação. Os índios, muitos dos quais serviam como escravos nas minas da região dos Andes adoeciam aos milhares e tinham uma “vida útil” como força de trabalho de apenas 10 anos, devido ao alto grau de exploração. Muitos desses ainda se tornaram alcoolistas para suportar a dura vida trabalhando nas minas. Antes dos espanhóis o consumo de álcool pelos indígenas estava restrito a atividades festivas religiosas, mas isso mudou rapidamente.

A situação se agrava ainda mais ao final do século XVIII. Com a disseminação das idéias iluministas, a razão e o questionamento à autoridade, principalmente, se espalharam pela população crioula (descendentes de espanhóis nascidos na colônia) que tinha mais acesso à educação e que tinham participação importante na economia colonial.

A invasão da península ibérica por Napoleão, que no início do século XIX propiciou o enfraquecimento do controle da coroa espanhola sobre os colonos, foi o empurrão que faltava para a proclamação da independência em 1809. Contudo, a independência só foi reconhecida após 16 anos de luta, pois somente em 1825, com o auxílio de Simon Bolívar, é que a Bolívia foi reconhecida como um país independente do domínio espanhol.

Nascido em 1783 na Venezuela, Simon Bolívar herdou uma pequena fortuna com o falecimento de seus pais, o que financiou sua viagem pela Europa, de onde retornou em 1808, trazendo consigo a ideologia revolucionária que faria com que ele ficasse conhecido como “El Libertador” anos mais tarde. Em 1810 ele se juntou a outros revolucionários que

invadiram e proclamaram a independência do que é hoje conhecido como Venezuela. Ele partiu para a Inglaterra em busca de auxílio e reconhecimento da independência venezuelana, mas retornou em 1813 para encontrar a cidade de Caracas retomada pelos espanhóis. Ele mais uma vez monta um exército e novamente liberta a cidade. Em 1814 ele captura Bogotá (atual Colômbia) e em 1819 se torna o primeiro presidente da república da Colômbia (atuais Equador, Colômbia, Panamá e Venezuela). Em 1824 ele derrota novamente os espanhóis em Ayacucho e sacramenta a independência do Peru. O território até então conhecido como “Peru superior”, se torna um estado separado e, em homenagem a Bolívar, é nomeado Bolívia. O próprio Bolívar auxiliou na escritura da primeira constituição boliviana, que ilustra com clareza as origens da ideologia iluminista. Por ter auxiliado na libertação de vários países da América Latina, como Peru, Bolívia, Equador e Venezuela, ele fica sendo conhecido como “El Libertador” (BOLÍVAR, FORNOFF E BUSHNELL, 2003). Bolívar é tido como presidente desse vasto território da América Latina até o ano de 1830, quando falece devido à tuberculose.

É bom lembrarmos que apesar da conquista da independência e da ideologia iluminista, a “Bolívia branca” é que se tornou independente, pois a “Bolívia indígena” continuou sendo explorada e a segregação racial permanece até hoje. Com isso, podemos dizer que apesar de a independência ter sido em 1825, a luta pela “descolonização” continua, pois o racismo cultural é uma das batalhas mais duras que o atual governo enfrenta. De acordo com Jorge Luizaga, em entrevista ao livro *Bolívia Jakaskiwa*,

o processo republicano do país, iniciado em 1825, teve a exclusiva participação de uma elite de descendentes de espanhóis que chamamos crioulos, que se apropriou do estado e o usou em benefício próprio, qualquer um sabe disso... (CARUSO, 2008, p.42)

Existem na Bolívia três grupos populacionais, os “Collas”, os “Cholos” e os “cambas”. Os “Collas” são os descendentes de espanhóis, com certa mestiçagem indígena, mas com modo de vida e visão eurocêntrica. Os “Cholos”, maioria do país, são os indígenas que habitam as montanhas e partilham da cultura do *ayllu*, por exemplo. O presidente Evo Morales é o primeiro presidente “Cholo” da história. Já os “Cambas” podem ser considerados descendentes de europeus ou mestiços, mas habitam a região amazônica ou fronteira com o Brasil, sendo Santa Cruz de la Sierra seu grande centro urbano. Esses têm aspirações separatistas, e têm demonstrado politicamente grande conservadorismo, assunto que será tratado com mais detalhes posteriormente.

4. A BOLÍVIA DO SÉCULO XX:

4.1 As duas guerras: do Pacífico e do Chaco

Como mencionado anteriormente, a proclamação da independência de 1825 significou uma substituição da elite espanhola colonial pela elite crioula de descendência espanhola. Estes passaram a constituir o estado e concentrar o poder junto com os grandes proprietários de terra. Assim, para os indígenas, pouco mudou durante o período seguinte à independência. A exploração dos trabalhadores nas minas e nos campos em um regime de quase escravidão persistiu por mais de cem anos após a proclamação da independência, pois foi só com a revolução de 1952 que a situação começou a mudar.

Como avalia Emir Sader, em seu artigo “*A Revolução Democrática na Bolívia* (2006)”, a Bolívia é um dos países mais sofridos da América Latina. Pois além das condições às quais foi submetida a população local com a colonização espanhola, ainda enfrentou duas guerras no período que vai do século XIX ao XX. E para compreendermos as causas que levaram à revolução de 1952 é interessante analisar essas duas guerras, que inflamaram o nacionalismo e contribuíram para a formação do movimento revolucionário.

A primeira das guerras foi a Guerra do Pacífico, em 1879, entre o Chile e a Bolívia juntamente com o Peru. Após a independência das colônias espanholas na América Latina, havia muita discórdia quanto às fronteiras territoriais de cada nação. O problema apareceu quando na segunda metade do século XIX foram descobertos enormes depósitos de nitratos (guano e salitre) que eram usados tanto na fabricação de fertilizantes quanto de explosivos. Essa região, parte do deserto de Atacama, que é considerado até hoje o deserto mais árido do mundo, passou então a atrair grande interesse das potências europeias como a Grã-Bretanha e a Espanha. Assim, a guerra foi declarada a partir do interesse em receber impostos pagos pelas potências europeias pela exploração dos recursos naturais da região. A Bolívia, no entanto, após uma série de governos transitórios, não estava preparada para uma guerra, e o Peru enfrentava uma crise econômica que havia praticamente extinguido tanto seu

exército quanto sua marinha. Do outro lado, o Chile detinha tanto um exército preparado para o combate quanto uma marinha moderna para a época. Assim o resultado não poderia ser outro que não a derrota da aliança Perú/Bolívia. Como resultados desse conflito, além de



perder a

Figura 2: Mudanças no território boliviano
 Fonte: Acervo virtual Wikimédia commons library

guerra pelos depósitos de nitrato, a Bolívia perdeu sua saída para o Oceano Pacífico, que foi anexado ao Chile, como mostra a figura 2, acima.

A segunda guerra marcante na história recente da Bolívia se estendeu já no século XX, entre os anos de 1932 e 1935, entre a Bolívia e o Paraguai. Assim como a guerra do Pacífico, essa foi motivada pela descoberta de outra reserva natural, dessa vez de petróleo, na região do Chaco. Após a independência do país, as incertezas quanto às fronteiras territoriais causaram novamente a erupção do combate armado, e o Chaco era uma dessas áreas em disputa, no sopé dos Andes. Além do petróleo descoberto na região, o acesso ao rio Paraguai também era fundamental para a Bolívia, que havia perdido sua saída para o mar na Guerra do Pacífico e através do rio Paraguai garantia um meio de escoar suas mercadorias. Mais uma vez, a Bolívia despreparada perde a guerra e é obrigada a ceder territórios ao Paraguai. De acordo com Eduardo Galeano, em *Veias abertas da América Latina*, em 1934, um senador americano pelo estado de Louisiana denunciou a multinacional Standard Oil, uma das maiores

e mais bem sucedidas empresas petrolíferas do globo, por ter financiado a Bolívia na guerra contra o Paraguai para obter soberania na exploração de qualquer petróleo que fosse encontrado. E o mesmo foi feito pela empresa Shell com o governo paraguaio. Ou seja, não se tratava apenas de uma luta entre duas nações, mas sim de uma disputa entre duas empresas multinacionais pelo monopólio da exploração dos recursos naturais presentes na região.

Além da perda territorial, o período do conflito entre Bolívia e Paraguai acabou por desestabilizar a já oscilante economia boliviana, pois enfraqueceu a confiança do povo na guarda da soberania nacional; afinal das contas, a Bolívia já havia cedido territórios ao Chile no final do século XIX e ao Brasil no início do XX (que dariam origem a parte atual do estado do Acre). Assim o exército caiu em descrédito diante da ascendente classe média boliviana da época. A guerra do Chaco também levou ao surgimento de novas idéias entre trabalhadores e pensadores bolivianos: de acordo com Alfredo da Mota Menezes,

a guerra quebrou a rigidez do sistema de casta e, a partir daí, era impossível manter a estrutura que tinha prevalecido no passado. A imobilidade do índio não seria a mesma desde que ele deixara suas terras e vislumbrara novos horizontes. Começou a ser atraído para as cidades... Ou para as minas, perde laços com a comunidade e psicologicamente deixava, aos poucos, de ser índio transformando-se num cidadão comum de segunda classe. (MENEZES,2008).

A guerra acelerou o processo que estava em curso desde a independência do país, pois a população de origem européia não mais preservaria sua supremacia perante o indígena, como vinha fazendo até então. Pela primeira vez o índio era tido como cidadão e como qualquer cidadão que se preze ele devia defender sua terra, e lutar contra o inimigo. Sader afirma que o índio, antes marginalizado e excluído das responsabilidades sociais, passava a ser visto agora como “índio irmão” e “carne de canhão para vingar a honra nacional”. Ao retornar da batalha para seus lares, o povo sentiu-se não derrotado mas libertado e emancipado, pois a guerra servira para romper com o passado e a perspectiva de mudanças começava a se tornar uma realidade.

4.2 A revolução de 1952

A revolução Boliviana culminou em 9 de abril de 1952, quando um movimento armado tomou o poder expulsando a junta militar que governava o país. Esse novo governo,

sob a bandeira do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a presidência de Paz Estenssoro, nacionalizou as minas, iniciou a mais do que necessária reforma agrária e principalmente instituiu o voto universal, dando ao índio o caráter definitivo de cidadão boliviano. De acordo com o próprio presidente Estenssoro,

a Revolução boliviana foi a luta contra organizações estruturais injustas; contra a dependência econômica e interesses estrangeiros. Como consequência disso, a Bolívia permanecia em grande atraso econômico, com reflexos contundentes no campo social. A luta então foi contra o feudalismo, o imperialismo e o atraso. (ESTENSSORO,1964).

Os motivos que levaram à revolução podem ser atribuídos aos conflitos envolvendo três aspectos, de acordo com Menezes: problemas de natureza da estrutura agrária e funcionamento econômico, problemas de estrutura social, e, finalmente, a situação política da época. (MENEZES, 2008)

Quanto à estrutura agrária e ao funcionamento econômico pode-se dizer, ainda de acordo com Menezes, que a Bolívia, um país predominantemente agrícola, devido à falta de investimento da elite que controlava a maior parte das terras, estava agora tendo que importar alimentos. A partir de 1930, com o crescimento da indústria de estanho e o aumento do número de trabalhadores que abandonavam a agricultura pela mineração, aumenta ainda mais a demanda por alimentos, que eram agora importados.

O Censo Nacional Agropecuário de 1950 revela que 72% da população economicamente ativa da Bolívia estavam na agricultura e mesmo assim só correspondiam a 33% do PIB do país. Além disso, a existência de enormes latifúndios com praticamente nenhuma área plantada revoltava a população, carente por terras cultiváveis. Outros números deste mesmo Censo publicado no artigo de Menezes mostram que apenas 2% das terras eram cultivadas, e 92% das áreas cultivadas eram possuídas por 6% do total de proprietários. Aos camponeses que dispunham de pequenas áreas plantáveis restava basicamente a opção pela agricultura de subsistência.

(...) o setor agrário permaneceu distante, fechado sobre si mesmo, uma estrutura econômica senhorial, impermeável aos progressos técnicos e a produção tendia principalmente à subsistência. Associado a isso, os impostos sobre a terra na Bolívia eram extremamente baixos, facilitando a manutenção de grandes extensões inativas, com fins especulativos e de prestígio social. Numa sociedade como aquela a riqueza era medida pelo número de hectares que possuía a pessoa e não pela sua produtividade. (MENEZES, 2008).

A população nativa, os indígenas, eram os que mais sofriam com enfermidades e pobreza, pois eram eles os mais dependentes da terra para sua subsistência e, desde a chegada dos espanhóis, haviam sido desapropriados. Assim, o problema da distribuição de terras e da carência pela reforma agrária estava intimamente ligado ao da pobreza e miséria. O problema é que os grandes proprietários rurais, assim como os donos de minas, controlavam o estado e não viam com bons olhos a perda do controle sobre os recursos naturais do solo boliviano.

Já vimos que a estagnação da produção agrária trazia graves conseqüências para a economia boliviana, ao mesmo tempo em que o outro motor do desenvolvimento na Bolívia na primeira metade do século XX, a mineração, também enfrentava problemas. A exportação de tungstênio, zinco, prata, chumbo e estanho, que representara entre 90% e 97% das exportações bolivianas no período de 1925 até 1952 de acordo com Menezes, teve os preços reduzidos drasticamente nesse período. Isso tornava a economia boliviana frágil e dependente dos recursos arrecadados com a exportação mineral para gerar divisas em moeda estrangeira e importar alimentos. Essa indústria extrativista mineral estava nas mãos da iniciativa privada e não do estado, o que aumentava ainda mais a fragilidade econômica e a dependência do país. O grau de concentração das riquezas tornava a mobilidade social quase que impossível, e a escassez de alimentos e a redução da quantia arrecadada com as exportações fizeram com que a inflação aumentasse, atingindo diretamente a classe média que iria liderar o movimento revolucionário alguns anos depois.

No contexto social da vida na Bolívia, nos anos que antecederam a revolução, podia-se dizer que aproximadamente 75% da população boliviana não eram considerados constitucionalmente cidadãos bolivianos. Isso porque para ser cidadão, além de ter nascido na Bolívia, o indivíduo precisava saber ler e escrever, além de ter um determinado nível de renda. Essas exigências acabavam por excluir a maioria da população (de maioria indígena) tanto de votar quanto de ser votada, o que garantia a continuidade do poder nas mãos das elites. Isso significava que um país onde a grande maioria da população ainda hoje se considera indígena, e a organização social no formato do *ayllu* está tão presente quanto o estado, há cinquenta e sete anos tinha uma constituição que marginalizava a cultura indígena ao ponto de seus membros não serem nem considerados aptos a exercer os ofícios de cidadão. O índio estava marginalizado de tal maneira que não tinha a organização nem a politização necessária para que a classe liderasse a revolução.

A Revolução também não teve o apoio das forças dominantes na América Latina: elites econômicas, Forças Armadas e Igreja. Qual, enfim, o grupo social que liderou a Revolução? Ela explodiu dentro da classe média, afirma Menezes, pois esta classe, com os

intelectuais à frente, não tinha condições de ascender socialmente por causa do natural acomodamento da elite mineira e de proprietários de terras. Ou, em outras palavras, aquela classe queria e aspirava aos poderes econômicos e políticos e as brechas estavam fechadas pelos militares na política e pela elite rica. De acordo com Tariq Ali, editor da publicação *New Left Review*, a revolução de 1952 foi uma tentativa de romper tanto com o imperialismo quanto com o próprio capitalismo (ALI,2008). Uma tentativa séria, mas fracassada.

Essa liderança revolucionária apoiada na classe média se explica pela escalada inflacionária que ocorreu no país no período pós Grande Depressão. Pela falta de oportunidades de ascensão social devido à concentração de poder econômico nas mãos das elites latifundiárias e mineiras, restava à classe media aspirar a cargos políticos. O problema é que esses cargos políticos também estavam concentrados nas mãos das elites mineiras, latifundiárias e militares através da exclusão da população indígena das eleições, restando assim para a classe média os cargos de menor importância política. Os mais estudados iam se afastando das idéias conservadoras e da maneira como se perpetuava o poder nas mãos das mesmas famílias desde a época da colonização. Ainda de acordo com Menezes (2008), a classe média, por estar em contato tanto com as elites quanto com as classes mais pobres da população, tinha uma visão mais completa da desigualdade existente no país, e foi crescendo a necessidade por mudanças. A classe média, mesmo que não o soubesse na época, era quem legitimava o poder das elites e quando se deu conta disso ocorreu a revolução.

Em 1941 foi fundado o MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, formado pela classe média intelectual e liderado por Victor Paz Estenssoro. O partido se opunha tanto à exploração dos recursos naturais pela iniciativa privada quanto à dos trabalhadores. Durante a década de 40 o partido se fortaleceu, passando a ter representantes em posições políticas de influência, e por defender a classe trabalhadora passou a ter o suporte de camponeses e mineiros.

Em 1946 o presidente eleito Villorroel foi deposto e morto a mando das elites, que se viam amedrontadas pelas concessões que o presidente vinha fazendo às classes mais baixas. Em seu lugar, uma junta militar tomou posse. “As medidas para beneficiar os mineiros foram esquecidas e a elite esperava fazer novamente da Bolívia aquele reino do faz de conta, da miséria e da ignorância. Estavam enganados.”(MENEZES,2008). É essa junta que vai governar o país no período de seis anos entre a morte de Villorroel e a explosão do movimento revolucionário em 1952. Assim em 9 de abril de 1952 o movimento revolucionário liderado pelo MNR expulsou a junta militar do governo e tomou o poder,

nomeando Paz Estenssoro como presidente. Este, apoiado pelas massas, inicia uma série de reformas sociais.

4.3 A influência cepalina

Neste contexto surge a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Era a princípio uma comissão de caráter provisório, mas acabou por se tornar permanente, influenciando a política econômica latino-americana até hoje. Seu quadro inicial continha 21 países membros, incluindo França, Inglaterra e Holanda. Hoje em dia, compõem o quadro de países membros da CEPAL os seguintes países: Alemanha, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Perú, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. São também membros associados da instituição: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turcas e Caicos. A cada dois anos é convocada uma reunião com representantes dos países membros onde é discutido o desenvolvimento econômico e social da região. As metas traçadas nessas reuniões são cumpridas no próximo biênio até a próxima reunião.

Com o fim da Segunda Guerra, o Banco Mundial tinha como um de seus objetivos financiar o desenvolvimento da América Latina. E para isso foi criada a CEPAL. Por ela se opor à teoria das vantagens comparativas³, alguns acabam por crer que a CEPAL é um reduto do pensamento comunista na América Latina. O que não é verdade, afinal só o fato de o

³ De acordo com a teoria das Vantagens Comparativas, formulada por David Ricardo em 1817, cada país deve se especializar em produzir aquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente. Esta será a mercadoria a ser exportada, enquanto que esse mesmo país deverá importar aqueles bens em que a sua produção implica um custo relativamente maior, ou seja, que a produção é menos eficiente. exportada, enquanto que esse mesmo país deverá importar aqueles bens em que a sua produção implica um custo relativamente maior, ou seja, em que a produção é menos eficiente.

pensamento cepalino da época defender a forte presença do estado na economia não significa nem caracteriza pensamento comunista.

Dentro das escolas de desenvolvimento, a escola dos pensadores cepalinos é considerada heterodoxa, e difere do pensamento dominante exercido pelos economistas no contexto do pós-guerra. A teoria das vantagens comparativas foi contestada amplamente pelos pensadores cepalinos, pois de acordo com eles essa teoria geraria apenas o atraso contínuo da economia da América Latina em relação aos países centrais. Afinal das contas um país produtor (e conseqüentemente exportador) de matérias primas e produtos agrícolas estaria em constante degradação dos termos de troca em relação a um país exportador de tecnologia, que agrega muito mais valor à produção. Assim a Teoria das Vantagens Comparativas serviria apenas para aumentar o “gap” no desenvolvimento entre os países considerados centrais e os periféricos. Por isso a proposta da CEPAL era a de que os governos nacionais deveriam assumir as “rédeas” do desenvolvimento, pois a crença era de que o subdesenvolvimento era uma condição passageira, que com o passar dos anos seria superada.

Durante seus primeiros anos de atuação, a CEPAL reuniu em seu quadro de pensadores grandes nomes como Raul Prebisch, que havia ganhado notoriedade ao criar o Banco Central argentino, ajudando a contornar os efeitos devastadores da crise de 29. Prebisch faz uma análise histórica (PREBISCH, 1963) para provar essa deterioração dos termos de troca, e conclui que realmente não só existe essa deterioração dos termos de troca dos produtos exportados pelos países da América Latina, como identifica o fator tecnologia como sendo a principal causa desse mal. Enquanto a tecnologia se difunde de maneira lenta e desigual, e a demanda por produtos agrários cresce lentamente, pois podemos considerá-la uma demanda decrescente em função da demanda global de bens. Com o avanço da tecnologia os novos produtos são cada vez mais caros, consumindo boa parte da renda das pessoas, enquanto o produto agrícola, que se valoriza muito mais lentamente, tem um peso cada vez menor na receita dos consumidores globais. Além disso há uma tendência à perda de importância de produtos primários, ao passo que esses são freqüentemente substituídos por sintéticos. Por último, tem de ser levado em consideração que se tratando de produtos primários assim como de agricultura, os países centrais são extremamente protecionistas, defendendo e protegendo seu mercado interno a todo custo.

Outra disparidade entre os países “centrais” e a “periferia” são as diferenças existentes entre a força de trabalho de cada um. Nos países centrais há uma tendência à sindicalização, que traz melhores condições de trabalho e ganhos mais altos para o trabalhador. Já na periferia há uma abundância de mão-de-obra que causa o oposto, um

decréscimo tanto do salário quanto das condições de trabalho. Afinal, há um “exército de reserva” pronto para tomar o emprego dos que não quiserem se sujeitar às condições impostas pelo capital.

Assim, durante as décadas de 50 e 60 o debate sobre desenvolvimento no continente latino-americano girava em torno da participação ou não do capital estrangeiro nessas economias. E se esse capital alavancava o desenvolvimento ou o retardava, construindo um obstáculo contra o desenvolvimento do capitalismo local.

4.4 A disseminação do liberalismo e o consenso de Washington

A partir de 1970, tem início o processo de disseminação da ideologia liberal ao redor do mundo. Pregando a liberalização comercial e a não intervenção do estado na economia, essa ideologia acaba por consolidar ainda mais as economias dos países centrais (Europa e Estados Unidos principalmente) às custas do endividamento e da dependência dos países periféricos.

Para orientar os países que sofreram com o endividamento no que ficou sendo conhecido como “crise da dívida”, foi realizado, no final da década de 80, em Washington nos Estados Unidos o que ficou conhecido como “consenso de Washington”. Este foi, na verdade, um conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o FMI e o Banco Mundial. A premissa básica era de que, através da desregulamentação do mercado e da privatização de empresas estatais se possibilitaria gerar o desenvolvimento que diminuiria o “gap” entre os países centrais e os considerados “em desenvolvimento” (para não usar o termo ainda mais pejorativo de “subdesenvolvidos”). O próprio Banco Mundial aponta que a adoção das dez medidas propostas pelo consenso de Washington seria o meio mais eficiente de alcançar o desenvolvimento, tanto da América Latina quanto do resto do mundo. As medidas propostas aos países em desenvolvimento no consenso de Washington são as seguintes: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto (com eliminação de restrições), privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

Inclusive a própria CEPAL, que sempre mantivera sua crença no desenvolvimento tendo o estado tanto como o que assenta os trilhos para o desenvolvimento (infra-estrutura básica) quanto o produtor da locomotiva que puxa o progresso (no sentido de principal fomentador do desenvolvimento) perante a ideologia neoliberal proposta pelo consenso, passou a aceitar a idéia liberal. Afinal de contas, a década de 80, como dissemos, havia sido gasta metade combatendo a crise da dívida e a outra metade combatendo a inflação em grande parte dos países da América Latina, e principalmente no Brasil. Assim uma nova ideologia desenvolvimentista foi a princípio bem vista pelos economistas cepalinos.

Para Batista, as dez condutas propostas no consenso de Washington se resumem a diminuir tanto a interferência do Estado na economia quanto as barreiras comerciais, abrindo assim os mercados ao seu máximo para importações e exportações. Com isso os criadores da política acreditavam que seria alcançado o desenvolvimento sustentável das economias dos países latino-americanos. (BATISTA, 1994)

O problema é que essa abertura comercial acaba por proporcionar uma perda gradativa e progressiva dos termos de troca, em benefício dos países já desenvolvidos que detêm o monopólio das tecnologias e das produções de maior valor agregado. Assim, se a primeira metade da década de 90 foi marcada pela implantação das metas neoliberais do consenso de Washington, a segunda metade foi marcada pela oposição a essas idéias e pela reestruturação do papel do estado como fomentador principal do desenvolvimento na América Latina. A liberalização comercial e a abertura dos mercados talvez não seja a melhor maneira de promover o desenvolvimento na América Latina, e isso foi ilustrado bem claramente pelas eleições de governos consideravelmente mais de esquerda do que os que assumiram o governo dos países latino americanos durante a “onda” neoliberal do início dos anos 90. Essa tendência de centro-esquerda (no sentido de pregarem idéias diferentes ao que prega o neoliberalismo) é ilustrada pela eleição dos governos Lula (no Brasil), Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chavez (Venezuela), entre outros.

4.5 A Bolívia na trilha do neoliberalismo

Na Bolívia a ideologia neoliberal proposta em 1989 no consenso de Washington foi “exercida” pelo presidente Gonzalo Sanchez Lozada, eleito em 1993. A visão dele,

segundo Barbosa Filho, era de que a Bolívia devia entregar-se ao capital estrangeiro, explorando ao máximo a mão de obra interna (principalmente indígena).

A importância de 'Goni', como é conhecido entre os bolivianos, é que ao levar o neoliberalismo, a mercantilização do país e a corrupção a níveis jamais antes atingidos abriu caminho para a ampla mobilização popular que resultou na eleição de Evo Morales. (BARBOSA FILHO, 2008)

Nascido em La Paz em 1930, ele foi levado ainda novo aos Estados Unidos onde concluiu seus estudos, retornando à Bolívia em 1949. A família Lozada, como explica Barbosa Filho, constitui um exemplo de elite boliviana da época. Tornaram-se extraordinariamente ricos ao misturar a influência de cargos públicos com as empresas privadas da família, sempre à custa do povo boliviano. Usando o discurso neoliberal, de que o estado não tem capacidade para administrar os recursos naturais do país, Sanchez Lozada promoveu uma série de privatizações que mudaram por completo a participação do Estado na economia boliviana. Sob o discurso de que seu objetivo era “resgatar para os bolivianos os benefícios de seu próprio patrimônio”, o que “Goni” fez na verdade foi “tentar superar até as recomendações ou exigências do FMI e do Banco Mundial no que dizia respeito à privatização e ao desmonte do estado como agente econômico”(BARBOSA FILHO, 2008). As privatizações incluíram as seguintes empresas: YPFB (atua no setor petrolífero e de gás natural), ENTEL (telecomunicações), ENDE (energia elétrica), ENAF (mineração), LAB (setor aéreo) e ENFE (setor ferroviário). A princípio o dinheiro obtido com as privatizações dessas empresas seria investido em projetos sociais e de desenvolvimento, prometendo assim um período de “milagre boliviano” em que a economia cresceria 100% dentro do prazo de dez anos.

O que acaba acontecendo, de acordo com Barbosa Filho, é que a Bolívia perde o controle sobre suas empresas estatais mais importantes, o país dobra sua dívida externa por causa dos empréstimos feitos e a corrupção se dissemina a níveis jamais presenciados.

Citaremos apenas um exemplo do processo de capitalização, o da Empresa Nacional de Eletricidade – ENDE. O roteiro foi semelhante em todos os demais casos. Seu valor estava avaliado em 400 milhões de dólares. Para facilitar o processo, o governo a dividiu em três empresas geradoras, dando a todas elas o valor de 99 milhões, e ao que sobrou da divisão atribuiu-se o valor de 101 milhões. As geradoras foram repassadas para a Energy Initiative, a Dominion Energy Inc. e para a Constellation Energy, que adquiriram o controle. Todas são norte americanas. Pagaram pelo conjunto, 139 milhões, o que foi festejado pelo governo – 40 milhões a mais do que o valor que foi a venda. Só que a parte avaliada em 101 milhões foi repassada no conjunto, pois não havia como desmembrá-la fisicamente. Seria como tomar uma casa com garagem e quintal no valor de 200 mil reais, avaliar a casa em 50 mil reais, vendê-la por 60 mil e entregar todo o conjunto ao comprador. E ainda festejar porque, afinal, o preço de venda foi 10 mil reais acima do valor avaliado pela casa! Essa tática foi usada em varias empresas. Lamentavelmente, isso não

aconteceu apenas na Bolívia, mas em vários países vizinhos que viveram a mesma febre privatista neoliberal nos anos 90 e início dos 2000. (BARBOSA FILHO,2008)

Durante o segundo mandato do presidente Sanchez Lozada (2002-2003) a cobrança de impostos sobre lotes e casas até dos mais pobres, que não tinham condições de pagar coisa alguma, cria uma situação de crise. Como se isso não bastasse, a política de importação de alimentos causa o fechamento e conseqüente demissão de vários trabalhadores, aumentando ainda mais a revolta. Quando o presidente revela a intenção de construir um gasoduto que atravessa a parte do Chile perdida pela Bolívia na guerra do Pacífico para facilitar a exportação do gás boliviano, o projeto causa revolta popular. Afinal das contas o presidente Sanches Lozada já havia cedido boa parte dos recursos naturais bolivianos a multinacionais através das privatizações, agora o gás seria exportado para os Estados Unidos através do Chile, que havia tomado a parte litorânea da Bolívia. E tanto para a população quanto para os quartéis isso foi a “gota d’água”. Movimentos sociais fazem bloqueios em estradas isolando muitas áreas, prefeituras e postos policiais são invadidos e dos quartéis chegam ameaças aos próprios governantes, advertindo-os de que o “entreguismo” das riquezas do país não mais seria tolerado. Diante das proporções da mobilização e da falta de apoio e proteção dos militares não resta outra saída a Sanchez Lozada que não a fuga. Assim ele deixa a Bolívia com destino aos Estados Unidos, para não mais retornar.

5. O GOVERNO MORALES:

5.1 A trajetória de Evo Morales

Juan Evo Morales nasceu em 1959, no departamento de Oruro. Filho de uma família de camponeses de uma das regiões mais pobres da Bolívia, dos quatro irmãos que nasceram antes dele apenas um sobreviveu, o que, segundo o próprio Evo, é uma estatística comum na região. Durante sua infância a língua que falava era o aymará;⁴ Morales só foi aprender as primeiras palavras em espanhol em uma viagem com seu pai à Argentina, aos 5 anos de idade. Seu pai percorria grandes distâncias a fim de vender suas lhamas, e logo Evo o ajuda em suas andanças⁵.

Testemunhas que conviveram com Evo muito antes que chegasse ao seu atual cargo, contam que ele sempre foi uma criança e homem cheio de sonhos. Em criança, sonhava viajar de ônibus, porque via os passageiros jogarem pelas janelas restos de laranja - que ele apanhava no chão e comia. Sonhou com o futebol profissional, como único meio de sair da miséria do campo... Em vários momentos de sua caminhada, fez de tudo um pouco: enfrentou o calor dos fornos nas olarias, fabricou pão, conviveu com trabalhadores nas minas, criou lhamas e plantou coca e foi até soldado. (BARBOSA FILHO, 2008)

Aos 21 anos, uma seca destruiu 70% das plantações e matou metade dos animais das redondezas de Isllavi, vila natal de Evo. Seu pai, Dionísio, resolveu se mudar com a família para a região de Chapare, de clima mais ameno, onde pelo menos chovia regularmente. Lá Evo testemunhou uma cena que ficaria gravada em sua memória por muitos anos: o assassinato de um agricultor cocaleiro. A Unidade Móvel de Patrulha Rural, encarregada e treinada por americanos com o intuito de erradicar a plantação da folha de coca na região, havia jogado gasolina e atado fogo nele. Anos depois, recordando esse dia, Evo diz:

Foi um crime horrendo. Desta vez prometi lutar incansavelmente pelo respeito aos direitos humanos, pela paz, pela tranquilidade em nossas terras, pelo livre cultivo da folha de coca, pelos recursos naturais, pelo território, pela defesa da soberania

⁴ O Aymara é uma das únicas poucas línguas provenientes das antigas tribos dos Andes pré-colonização que ainda é utilizada amplamente tanto na Bolívia quanto no Peru e em algumas partes da Argentina e Chile. O Aymara é a língua oficial da Bolívia e do Peru, junto com o espanhol e o Quechua.

⁵ De acordo com seu site em <http://www.evomorales.net> em referência a sua infância. Ainda criança, ao tomar conta das lhamas do pai, Evo jogava futebol “contra” elas, driblando-as e usando árvores como gol. O futebol sempre foi uma paixão sua, e como ele mesmo relata aos 12 ou 13 anos de idade resolve fundar um time do qual ele próprio era o técnico, delegado, árbitro e, é claro jogador. Aos 16 os 3 *ayllus* da comunidade o elegem como técnico da seleção local de futebol.

nacional, pela dignidade dos bolivianos e pela nossa liberdade. (BARBOSA FILHO, 2008)

A região do Chapare, para qual a família de Evo se mudou, vivia em conflitos desse tipo, pois era lá que se concentravam 40 mil famílias que dependiam do cultivo da folha de coca para sua sobrevivência. Todos eram tratados como narcotraficantes pelas tropas patrocinadas pela DEA (departamento anti drogas americano), e assim surgiam grupos “guerrilheiros” que combatiam esses soldados, atacando-os de surpresa, resultando em inúmeras mortes de ambos os lados.

Por volta de 1990, de acordo com Barbosa Filho, houve um fortalecimento da consciência política dos cocaleiros, que agora viam a necessidade de uma representação política própria que lhes desse uma voz perante as injustiças da época. Tornou-se costume a frase “o povo que serve para votar serve também para ser votado”. Em 1995 se reuniram representantes dos camponeses (incluindo os cocaleiros) e dos povos indígenas, no que ficou conhecido como Assembléia pela Soberania dos Povos. Anos depois, esse movimento se transformou no MAS (*movimiento AL socialismo*), atual partido político de Evo Morales. Em 1996 Evo se torna presidente do MAS e no ano seguinte foi eleito deputado com 70% dos votos da província de Chapare. Em 2002 teve seu mandato cassado, como explica Barbosa Filho com ironia:

Evo foi acusado de mentor intelectual do linchamento de quatro policiais da força tarefa da erradicação das plantações de coca no Chapare e de ter cometido faltas graves no exercício de suas funções. Também o culpavam por ter recebido uma comenda do governo Kadafi, da Líbia, o que o qualificava, na boca de seus inimigos, como vinculado ao terrorismo. Não bastasse isso, havia visitado a Colômbia recentemente – 'certamente' para manter contato com as FARC. (BARBOSA FILHO, 2008).

De nada adiantaram os protestos do próprio Evo, alegando que não tivera direito de defesa. Assim apesar de perder seu cargo, aos olhos de seus companheiros e do povo ele foi vítima de perseguição política das elites tradicionais bolivianas. Após ser expulso do congresso em janeiro de 2002, devido à cassação do seu mandato, em março do mesmo ano Evo lançou sua candidatura à presidência do país pelo MAS. Apesar de não ter vencido as eleições presidenciais de 2002 (Evo foi terceiro candidato com maior número de votos), sua candidatura gerou ampla repercussão ao redor do mundo. O chefe da política norte-americana para a América Latina, Otto Reich, advertiu que a ajuda americana à Bolívia estaria correndo risco caso o candidato indígena vencesse as eleições, como explica Barbosa Filho. Assume a presidência em 2002 Gonzalo Sánchez de Lozada, que permaneceu até outubro de 2003, quando se viu forçado a abandonar tanto a presidência quanto o país (como já previamente

explicado). Assumiu o vice, Carlos Mesa, que terminou por governar a Bolívia até meados de 2005, quando foram convocadas novas eleições presidenciais.

Assim, nas eleições seguintes, Evo foi novamente candidato à presidência. Ante a iminência da sua eleição, o jornal *The New York Times*, um dos mais prestigiados do mundo, publicou em 20 de novembro de 2005 uma reportagem intitulada “A segunda vinda de Che?” na qual compara Morales ao revolucionário Che Guevara. O próprio Morales respondeu a essa comparação dizendo que sim, que ele se assemelha a Che no sentido de lutar pela igualdade e pela justiça. Outro ponto em comum entre ambos, seguindo o próprio Evo, é que assim como o revolucionário Che Guevara, Evo buscara não só se importar com as pessoas comuns (pobres), mas tornar as suas lutas as dele.

Ainda de acordo com a reportagem “*A segunda vinda de Che?*” de David Rieff, apesar das ameaças quanto à continuação dos auxílios financeiros americanos caso Evo e o MAS chegassem à presidência, Rieff não acreditava em uma postura tão radical por parte dos americanos. E lembrava que ante a iminência da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no país vizinho Brasil, houve as mesmas ameaças. E que depois de eleito Lula se mostrou muito mais moderado do que se acreditava anteriormente. Da mesma maneira, o programa do MAS, acredita Rieff, se mostrara muito mais “conservador” do que alguns dos seus membros mais radicais esperavam.

5.2 A folha de coca:

Durante a cerimônia de posse em 2006 Evo Morales disse:

Queremos dizer à comunidade internacional: a droga, a cocaína, o narcotráfico não formam parte da cultura andina e amazônica. Lamentavelmente, este é um mal importado, e temos que acabar com o narcotráfico, há que acabar com a cocaína. Porém, não haverá coca zero, mas sim cocaína zero, narcotráfico zero...”(tirado do texto da cerimônia de posse da presidência do segundo mandato de Evo presente em BARBOSA FILHO, 2008).

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que a folha de coca é consumida pelos povos andinos desde muito antes da colonização ou de qualquer contato das populações nativas com os colonizadores europeus. O consumo da folha de coca pelos povos nativos da região dos Andes está associado ao “tomar um cafezinho” da cultura ocidental. Se nós após as refeições ou durante o expediente de trabalho em algum momento sentamos para tomar um

cafezinho os povos da região andina fazem o mesmo, só que com a folha de coca, que pode tanto ser mascada quanto tomada em chá. A folha de coca, como explica Johanna Levy, tem mais cálcio que o leite, mais ferro que o espinafre e tanto fósforo quanto o peixe. Tudo isso em uma folha com pouquíssimas calorias. Se não fosse a condenação da comunidade internacional, que associa imediatamente a folha de coca à cocaína, a folha de coca poderia ser utilizada até como medicamento para emagrecer. Além disso, para transformar a folha de coca consumida pelos povos andinos na droga cocaína é necessário um processo químico que envolve a mistura de mais de 40 substâncias patenteadas por grandes corporações norte americanas.

De acordo com o relatório da OICS (Organização Internacional de Controle de Substâncias) de 2007, 50% da coca plantada do mundo vêm da Colômbia, 33% do Peru e 17% da Bolívia. De acordo com o relatório do ano anterior da OICS, aproximadamente 13 milhões de pessoas no mundo consomem cocaína, sendo que nos Estados Unidos são 2,3 milhões.

Durante os anos 70, com o aumento do consumo da cocaína em solo americano, o governo inicia uma campanha global pela erradicação das plantações de coca. Como até hoje a grande maioria das plantações de coca estão situadas na Colômbia, Bolívia e Peru, foi aqui na América Latina que essa campanha norte-americana teve maior força. A princípio os bolivianos não compreenderam muito bem o motivo da erradicação das plantações, afinal de contas, na Bolívia não existia narcotráfico e a produção de cocaína era também insignificante pois os produtos químicos necessários para o processamento da droga não estavam disponíveis no país. O governo norte americano instituiu e custeou um programa de substituição do cultivo da coca por outras culturas, como plantações de banana ou café. O problema, é que ao oferecerem ferramentas e todo apoio necessário aos camponeses que plantavam coca, e nada aos que mantinham outras culturas em suas terras, a mensagem recebida foi: “plante coca que nós trocaremos sua produção por sementes e ferramentas, plante outras culturas e nós não lhe daremos nada”.

Na década de 1980, chegaram a pagar 2000 dólares por hectare de plantação de coca; ao se verificar a existência da plantação o camponês tinha que destruí-la para assim receber seu dinheiro. Logo, os camponeses como a família de Evo Morales, que residia na região do Chapare e foi afetada pela medida, começaram a plantar cada vez mais coca para receberem o pagamento previamente estabelecido. Como o resultado não foi o que os americanos esperavam, se substituiu o pagamento em dinheiro pela troca por sementes de abacaxi. O problema foi que os camponeses que migraram para o cultivo do abacaxi logo

viram que não havia mercado para sua produção e assim logo retornaram para o cultivo de coca. Há uma vasta utilização da folha de coca pelos camponeses da região dos Andes, tanto para fins medicinais, quanto culturais e até de saúde, ou seja, é um produto com um vasto mercado na região.

Acontece que todas essas políticas norteamericanas visando a erradicação das plantações de coca só fizeram com que aumentasse a produção ao ponto de a demanda pela folha de coca não ser mais o suficiente devido a tamanho “incentivo” norte americano. E esse excedente de produção acaba sendo vendido para os narcotraficantes que agora viram uma oportunidade única de extrair lucros exorbitantes ao transformar a folha de coca em cocaína e vendê-la no maior mercado consumidor de drogas do mundo, os Estados Unidos. Assim o governo norteamericano, devido a sua política mal estruturada, acabou por fomentar o desenvolvimento do narcotráfico na região do Perú, Bolívia e Colômbia. Como diz o próprio Morales:

Falar de Coca Zero (em alusão à campanha americana pela erradicação das plantações da folha de coca) é como falar do apocalipse andino. Enquanto existirem quéchuas e aymaras, nunca haverá coca zero, porque a coca é parte essencial da nossa cultura. É preciso que a Europa e os Estados Unidos combatam o consumo. Os quéchuas e aymaras são totalmente estranhos à cultura da cocaína. (BARBOSA FILHO)

É interessante o que relata o médico Jorge Hurtado, que em 1984 realizou um estudo na Bolívia que visava tratar de viciados em cocaína com a folha de coca. A idéia era que a folha de coca diminuiria a vontade do dependente, assim com o adesivo de nicotina reduz a vontade do fumante de fumar. O problema foi que na Bolívia quase não haviam dependentes de cocaína. E assim se levantou a hipótese de se realizar o estudo num dos hospitais de São Paulo. Então Hurtado e sua equipe esbarraram na burocracia da legislação brasileira, que impedia a todo custo a importação da folha de coca. De qualquer forma esse relato nos mostra que apesar de tamanha difusão do consumo da folha de coca na Bolívia, o consumo da cocaína é muito pequeno no país, e que a cocaína produzida lá é devida à demanda externa de países centrais como Estados Unidos e países da Europa. Como demonstra o trecho da entrevista feita com Hurtado por Caruso:

Quando estudei o que era esquizofrenia, aprendi que o enfermo projeta o problema sobre as coisas, já que ele tem uma lógica invertida. A guerra contra as drogas baseia-se no mesmo princípio, isto é, de que o problema é a cocaína e não o consumidor. Acreditam que, resolvida a questão da existência do objeto, esta resolvido o problema. Qual é a consequência desse raciocínio? É que os governos devem atuar na Bolívia e não em Nova York. E quem fica desmoralizado com essa lógica? O imenso mercado de drogas que é a cidade de Nova York? Nada disso, a longínqua Bolívia, naturalmente. Como desta maneira não se ataca realmente o problema fundamental que é o consumo, se projetou a solução no objeto fazendo

desse esquema uma guerra infinita e que nunca vai acabar, como não acabou até hoje. É como se estuda na psicologia, o enfermo projeta seus problemas nas coisas e assim jamais será curado. (CARUSO, 2008)

A campanha pela descriminalização das plantações de coca é uma das principais bandeiras defendidas por Evo no seu atual governo. Como relata Barbosa Filho, em plena assembleia geral das Nações Unidas, o presidente Evo exibiu uma folha de coca e tratou de explicar a todos os benefícios do consumo da folha, que segundo a OMS não faz mal algum se consumida ao natural além de satisfazer a necessidade diária de várias vitaminas e melhorar a respiração, característica necessária para sobrevivência das culturas nas altitudes andinas.

5.3 O episódio do gás natural

Em 1996 a Petrobrás Bolívia inicia suas operações e assina um acordo com a YPFB que permite a construção do gasoduto Brasil – Bolívia que abriria o mercado brasileiro para o gás boliviano. Dois anos depois, a construção do gasoduto de 3150 km é concluída ao custo de US\$8 bilhões. Em 2001 a Petrobrás entra no setor de distribuição de combustíveis e domina 40% das reservas minerais certificadas no país.

Baseado em dados da consultoria GasEnergy, o Brasil importa da Bolívia aproximadamente 25 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, que correspondem a 9% do total da matriz energética do Brasil, como mostra o gráfico 2 abaixo. Deste total aproximadamente 40% são utilizados no abastecimento das térmicas geradoras de energia e da própria Petrobrás. Outros 40% são utilizados nos parques industriais principalmente no estado de São Paulo. O restante é dividido entre consumo residencial, GNV (gás natural veicular) e consumo comercial.

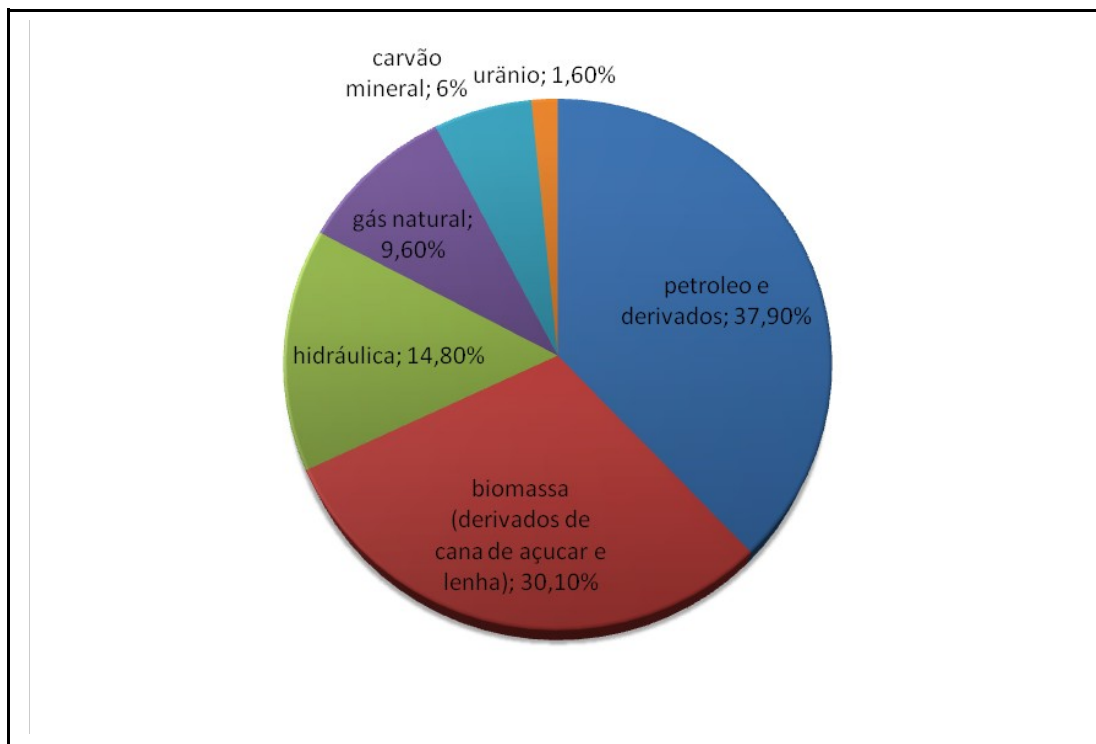


Gráfico 2: Matriz Energética do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da GasEnergy

Em 1º de maio de 2006 o presidente Evo Morales assinou o decreto supremo número 28.701, que diz em seu primeiro artigo que toda produção de gás natural e petróleo realizada em solo boliviano deveria ser entregue à empresa estatal YPFB⁶. As empresas estrangeiras presentes em solo boliviano teriam o prazo de 180 dias para se adaptarem às novas normas se quisessem continuar sua produção. A atual constituição boliviana, aprovada anos antes da nacionalização, já dizia nos artigos 136, 137 e 139 que os hidrocarbonetos “são bens nacionais originários, diretos, inalienáveis e imprescritíveis do Estado”. Sendo assim, os contratos assinados referentes à exploração do gás natural pela Petrobrás durante a onda de privatizações do governo Sanchez Lozada seria de caráter inconstitucional, pois entregava a estrangeiros os recursos naturais pertencentes ao povo boliviano.⁷

A repercussão no Brasil foi grande, e durante o mês de maio de 2006 muita gente se surpreendeu com os noticiários brasileiros que divulgavam a invasão das plantas da Petrobrás na Bolívia pelo exército boliviano a mando do presidente Evo Morales. Muitos se revoltaram com a atitude, ou melhor, a falta de atitude do governo brasileiro que foi acusado de “fraquejar” ao não tomar uma atitude na mesma moeda, sem nem levar em consideração,

⁶ Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) É uma empresa pública boliviana dedicada à exploração, destilação e venda do petróleo e seus derivados.

⁷ Em 1993 foi assinada a primeira versão do contrato de compra de gás entre a Petrobrás e a YPFB e em 1995 foi criada a Petrobrás Bolívia que inicia suas operações no país e permite o início da construção do gasoduto Brasil – Bolívia.

talvez pela imparcialidade da mídia brasileira, o princípio básico da disputa, ou seja o preço do gás natural que é vendido a U\$6 o BTU (unidade de medida de gás) nos Estados Unidos ou Europa, e que o Brasil compra da Bolívia a U\$3,7 o BTU. A mídia preferiu focar no fato de que houve quebra de contratos e expropriação das fábricas da Petrobrás na Bolívia.

O que pouco se ouviu, no entanto, foi que no ano anterior em plebiscito realizado na Bolívia, se constatou que 92% da população apoiavam a nacionalização das reservas de gás natural, e que o próprio presidente Evo Morales se elegeu sob a bandeira de re-nacionalizar os recursos naturais. Ou seja, não foi por falta de aviso que a Petrobrás foi pega de surpresa, afinal das contas houve pelo menos três indícios da medida tomada em 1 de maio. O primeiro, durante o carnaval de 2006, em que o ministro das Minas e Energia da Bolívia, Solis Hada, cancelou o compromisso previamente estabelecido da assinatura de um contrato que aumentaria os investimentos da empresa brasileira no país vizinho. O segundo “aviso” veio através do mesmo Solis Hada em reunião do conselho administrativo da Petrobrás em 17 de abril do mesmo ano, em que Hada expôs ao governo brasileiro a proximidade de uma medida drástica em forma de decreto afetando o setor dos hidrocarbonetos. E por final, veio um telefonema durante a segunda quinzena de abril relatando a exploração política do ocorrido “com o exército posando para foto diante das refinarias” como explica a reportagem da revista *ÉPOCA* publicada em 5 de maio de 2006 intitulada “*Por que essa bofetada em nós?*”(CAVALARI,2006).

De acordo com a revista *ÉPOCA* a Petrobrás, que produzia 57% do gás natural da Bolívia e garantia 24% de toda a arrecadação de impostos boliviana além de contribuir com 20% do PIB do país, não poderia deixar de ser afetada.

A partir do novo decreto, 82% dos lucros provenientes da venda do gás ficariam nas mãos do estado, e os outros 18%, com as empresas contratadas (como a Petrobrás, por exemplo). Antes disso, a YPFB não possuía nenhuma participação na cadeia de negócios que vai da extração à comercialização do gás natural, e agora caberia à estatal tanto dirigir quanto controlar todas as fases desse processo. Além disso, as empresas que decidissem continuar sua operação na Bolívia teriam de vender 51% das suas ações ao Estado, que passaria a ser o acionista majoritário. A Petrobrás, que mantém as duas maiores refinarias de gás natural na Bolívia poderia, se quisesse, manter 49% das ações e assim permanecer no país. Em 2007 é oferecida à empresa brasileira a quantia de 112 milhões de dólares pelas duas refinarias, orçadas em 120 milhões pelos técnicos brasileiros. O presidente Lula intervém, e ordena que a

Petrobrás aceite a oferta afim de não prejudicar ainda mais as relações comerciais entre os dois países. (BARBOSA FILHO, 2008).

Como explica Pio Penna Filho, no artigo denominado “*O governo Lula e a Bolívia*”, (PENNA,2008) o Brasil possui outros interesses na Bolívia fora o gás natural, embora este, pela atual dependência energética brasileira, seja o principal deles. Além da questão energética, os dois países dividem uma vasta fronteira (aproximadamente 3400 km) e ainda há a questão das inúmeras famílias de fazendeiros brasileiros residentes, principalmente, na região de Santa Cruz de la Sierra. Esta presença brasileira em território boliviano é fruto principalmente da expansão do capitalismo agrário brasileiro, que em busca de novas áreas para o cultivo da soja, “invadiu” o solo boliviano. De acordo com dados da reportagem “*Soja: a expansão dos negócios*” (Le Monde Diplomatique Brasil, Fevereiro de 2009) de Maria Aparecida de Moraes Silva e Beatriz de Melo, a *commodity* soja é a mais importante para a Bolívia, representando 27% das suas exportações. E desse total aproximadamente um terço é produzido por fazendeiros brasileiros. O “problema” é que por a produção ser altamente mecanizada e destinada a exportação, ela pouco contribui para a diminuição das desigualdades sociais. Sendo, por isso, motivo de protestos por parte dos bolivianos. (MORAES SILVA E MELO, 2009)

5.4 As relações comerciais entre Brasil e Bolívia:

A relação comercial entre os dois países vem crescendo principalmente após o ano de 2001, quando a Petrobrás entrou para o ramo da distribuição de combustíveis em solo boliviano.

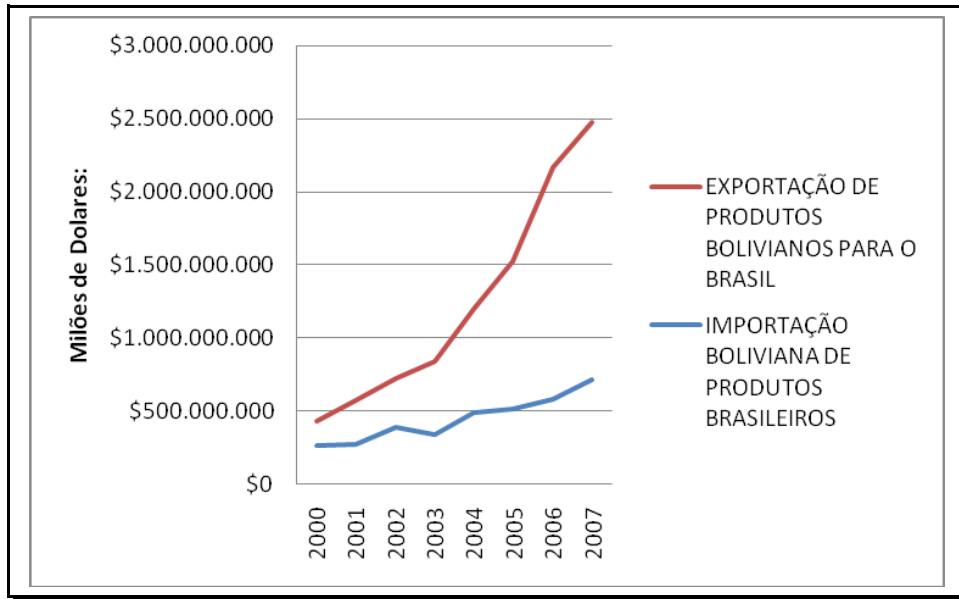


Gráfico 3: Importação e Exportação de Produtos entre Bolívia e Brasil
 Fonte: UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development)

Como podemos observar no gráfico 3, o Brasil apresenta um saldo comercial deficitário em relação à Bolívia, o que se explica quando observamos o gráfico 4 abaixo. Pois 95% do volume total importado pelo Brasil da Bolívia são em gás natural, do qual o Brasil não produz o suficiente para se auto-abastecer. Dessa maneira fica constatada a extrema dependência brasileira em relação ao abastecimento de gás natural, representada graficamente a seguir:

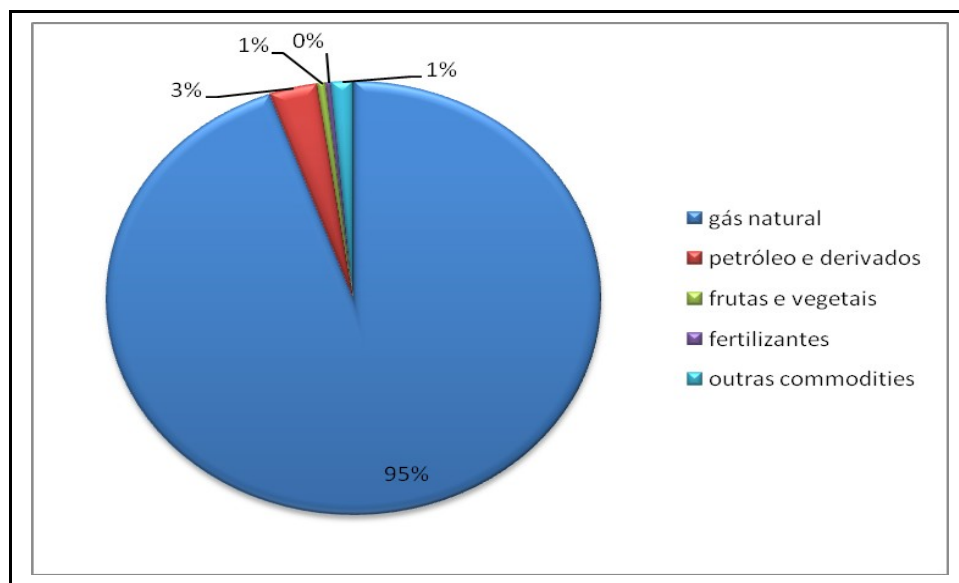


Gráfico 4: Importações brasileiras de origem boliviana

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da UNCTAD

Enquanto isso a Bolívia importa do Brasil uma gama muito mais ampla de produtos tais como maquinário para produção de soja, carnes diversas e automóveis. Também é marcante nessa análise o crescimento das relações comerciais entre os dois países, pois no início do século tínhamos um comércio que, somado importações e exportações chegava à beira dos 700 milhões de dólares, e agora, passados sete anos ultrapassa a barreira dos dois bilhões de dólares, o que representa um crescimento de mais de 200%.

Como avalia o repórter do periódico Valor Econômico Sergio Léo (LEO, Março de 2008), o presidente Lula pode se vangloriar, pois poucas vezes na história do Brasil as transações comerciais brasileiras com as nações andinas (Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia) estiveram em um patamar tão elevado. Parte do crescimento comercial entre brasileiros e bolivianos se dá pela iniciativa do próprio Evo Morales em estreitar os laços comerciais com empresários brasileiros dispostos a investir no país vizinho.

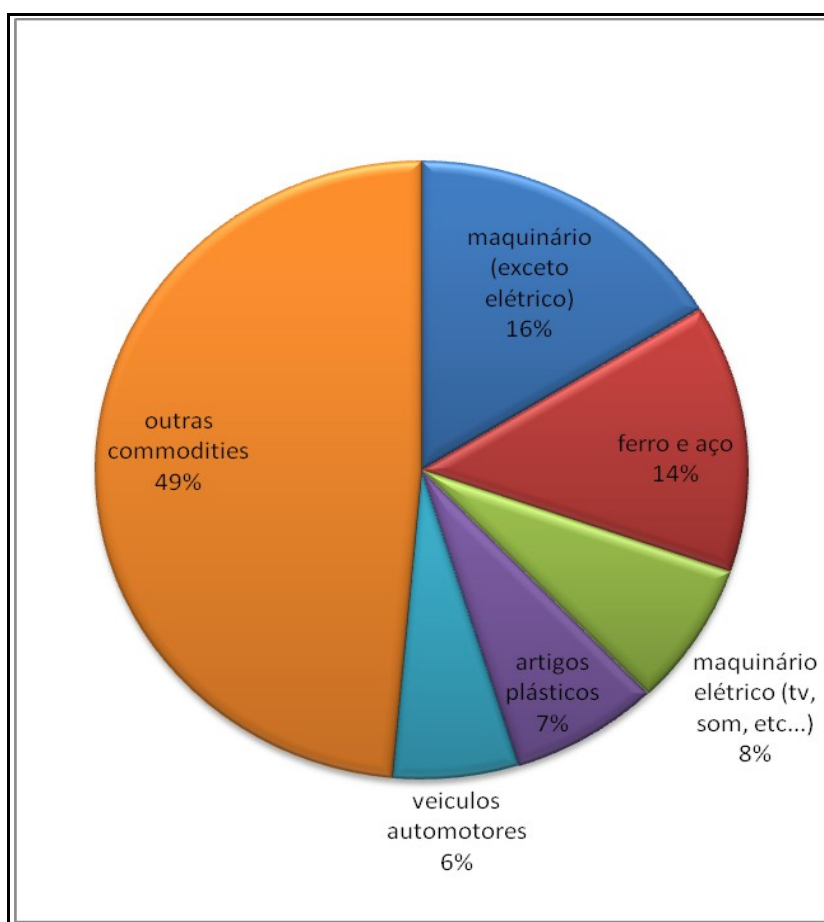


Gráfico 5: Importações bolivianas de origem brasileira
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da UNCTAD

O Brasil também fez sua parte a fim de ampliar as relações comerciais entre os dois países ao sediar, em março de 2009, a 5ª Reunião da Comissão de Monitoramento do Comercio Bilateral Brasil-Bolívia, na sede do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior em Brasília.

Missões diplomáticas como essas são um indício de que ambos os governos, tanto o de Lula no Brasil como o de Evo na Bolívia, estão se empenhando em fortalecer os laços comerciais entre os dois países, e tudo indica que os resultados vem sendo efetivamente alcançados, pois mesmo com a atual crise econômica a participação das vendas brasileiras para a Bolívia representou 0,7% da pauta total, em comparação com os 0,5% do mesmo período (primeiro trimestre) do ano anterior (2008, fonte MDIC).

5.5 Separatismo:

Como explica Barbosa Filho, quem visita Santa Cruz de la Sierra, em especial o seu centro, pode ter a impressão de que não está mais na Bolívia. Isso devido ao contraste das pessoas de pele clara andando pelas ruas, em comparação à grande maioria indígena das outras cidades. Além disso, carros novos e bons restaurantes estão espalhados pela cidade. Notam-se também bandeiras do Departamento espalhadas por todos os lados, e frases de insulto ao presidente índio. Como podemos imaginar, as principais lideranças de oposição ao governo Evo estão situadas justamente em Santa Cruz de la Sierra. São elas (as lideranças) o prefeito Ruben Cotas, e o empresário Branko Marinkovic. O primeiro, por não reconhecer a validade da nova Constituição boliviana, considera tudo que o governo vem fazendo tanto ilegítimo como ilegal. E o segundo, um milionário produtor de soja, é o líder do comitê Pró - Santa Cruz, que organiza atividades de oposição ao governo e que resultam em distúrbios e confrontos com a polícia.

Para compreendermos melhor como Santa Cruz se tornou um reduto da oposição ao governo Morales, temos que voltar a 1952, quando tomou o poder o partido MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). As minas foram nacionalizadas e boa parte dos recursos obtidos foi canalizada ao desenvolvimento da região menos povoada da Bolívia,

justamente o seu oriente, ou seja, Santa Cruz de la Sierra. Assim com a abundância de crédito disponível, vieram pequenos empresários, a maioria deles de origem européia, como alemães e iugoslavos principalmente, que haviam abandonado a Europa após a Segunda Guerra.

(...) os investimentos dirigidos a Santa Cruz padeciam dos mesmos problemas, isto é, corrupção e ineficiência. Latifundiários e produtores rurais recebiam os empréstimos, mas raramente pagavam suas dívidas, e essa é uma das origens das grandes fortunas da província de Santa Cruz de la Sierra. As terras eram concessões do estado, ou pura e simplesmente usurpadas das comunidades indígenas, que já viviam desde muito tempo na zona. Foi esse o começo da classe dominante de Santa Cruz. (CARUSO, 2008 p108)

Dessa maneira, podemos distinguir o estado boliviano em três diferentes períodos: o primeiro sendo o estado centralizador de 1952, que aprovou o direito universal ao voto e passou as leis salariais, além, é claro, de ter destinado volumosos investimentos à província de Santa Cruz. O segundo foi o estado neoliberal dos anos 90, que teve por objetivo atender aos compromissos da agenda do grande investidor estrangeiro. Foram aprovadas leis liberalizantes, se privatizaram os hidrocarbonetos, os bancos, telecomunicações e até a água. Em outras palavras, a economia nacional foi entregue ao investidor estrangeiro, e como os representantes da oligarquia de Santa Cruz constituíam boa parte do governo da época, os recursos destinados a este departamento continuaram sua escalada. E finalmente o terceiro momento do estado boliviano é o atual, em que Evo constitui um estado central e democrático. Ou seja, pela primeira vez em mais de 50 anos, o departamento de Santa Cruz não é favorecido em relação aos outros. Assim a oligarquia branca perde as vantagens econômicas e os subsídios que financiavam boa parte da sua agricultura e pecuária, tornando-os pouco competitivos. Ao meu modo de ver, esta aí a causa da revolta para com o governo Evo, e as razões pelas quais ainda se fala em separatismo nas províncias do oriente do país.

Se por um lado Santa Cruz parece ser mais desenvolvida que o restante da Bolívia por ostentar carros novos nas ruas, e pessoas mais bem vestidas, essa impressão é logo deixada de lado quando analisamos seu modelo produtivo. Investindo na produção de soja desde a década de 80, esse sistema é baseado na propriedade latifundiária ilegal, super-exploração dos trabalhadores, que recebem salários mínimos quando o recebem, e para que as empresas se mantenham minimamente competitivas dependem dos recursos e subsídios do governo para manutenção do preço. De acordo com Caruso, o que se tem em Santa Cruz na realidade são “cem famílias de latifundiários pecuaristas, sendo que vários ainda empregam mão de obra servil. Não pagam salário aos trabalhadores. E por isso impedem que funcionários do governo investiguem suas fazendas”(CARUSO,2008).

No ano em que tomou posse, Evo discursou na cidade de San Julian, próxima a Santa Cruz, onde foi alvo de manifestações por parte do grupo criado pelo empresário Marenkovic, que pediam pela autonomia da região. O presidente foi obrigado a abreviar seu discurso e saiu cercado por seguranças e sob uma chuva de pedras atiradas pelos manifestantes. Mais tarde, no mesmo dia, já na cidade de Cochabamba, Evo convoca uma entrevista coletiva na qual explica o ocorrido, dizendo: “querem a autonomia para não serem fiscalizados, para que o povo não os controle”.

Em 2 de julho de 2006, partiu do próprio governo Evo a convocação para um plebiscito que avaliaria se a população era de fato a favor de uma maior autonomia em relação ao governo central. A autonomia proposta pelo governo foi aprovada em cinco dos nove departamentos em que o plebiscito foi realizado. A questão é que a autonomia pretendida pela oposição era muito diferente da proposta do governo, enquanto a proposta do governo seria de, como diz o próprio nome dado ao referendo, dar maior autonomia aos governos departamentais, o que as elites de Santa Cruz queriam era uma legislação que permitisse que se fossem criados impostos, uma força policial autônoma que responderia ao governo do departamento, um conteúdo ministrado nas escolas diferenciado em relação ao restante do país, e até que acordos comerciais para com o Brasil, por exemplo, deixassem de ser negociados com o governo central e passassem a ser negociados exclusivamente com o governo do departamento. Em outras palavras, seria uma separação política e econômica do restante do país. O que, afirma Evo, nunca ocorrerá.

Como não se chegou a um acordo em relação ao grau da autonomia que seria concedido aos departamentos no referendo de 2006, dois anos mais tarde, em maio de 2008, um novo referendo, desta vez realizado apenas no departamento de Santa Cruz, e sem a autorização nem apoio do governo central é realizado. De acordo com o vice presidente da república, Alvaro Garcia Linera, este novo referendo elaborado pela elite separatista era “perigoso, desintegrador, separatista e divisionista...pois foi elaborado por umas poucas famílias para se distribuir terras, recursos naturais, postos e cargos públicos.” (BARBOSA FILHO, 2008). O que foi a voto nesse referendo, como explica Márcia Carmo, repórter da rede BBC enviada a Bolívia para cobrir o tema do separatismo, foi a autonomia política, administrativa e financeira em relação ao governo central de La Paz (CARMO,2008).

5.6 Programas e foco do governo Morales

O presidente Evo Morales nunca negou sua origem camponesa, e como não podia deixar de ser, estabeleceu como meta da sua administração botar em prática uma ousada reforma agrária. Assim em 2 de agosto de 2006 ele anuncia sua “Revolução Agrária”, que pretende através do saneamento (documentação) de terras públicas e de terras particulares, que não estejam cumprindo sua função social, alocar 250 mil camponeses. A oposição logo se manifestou, pois queria que a reforma se realizasse a partir da doação de terras públicas apenas, sendo que as terras particulares, mesmo que improdutivas, não deveriam entrar na reforma.

A necessidade da reforma é tão evidente, que nem mesmo a oposição do partido MAS foi capaz de se dizer contra ela. Mas, como relata Barbosa Filho, os mais conservadores tentaram moldá-la de acordo com os interesses da elite proprietária das maiores áreas.

A reforma proposta pelo presidente boliviano não passa apenas pela redistribuição de terra as famílias que a necessitam. Pois é preciso que as famílias tenham condições não apenas de subsistência, mas também a possibilidade de escoar sua produção. Por isso, foram criadas empresas estatais estratégicas para auxiliar o pequeno produtor nas diversas etapas da produção, estocagem, transformação e comercialização de suas mercadorias. O próprio Brasil, através do programa crédito para a mecanização da agricultura, entra como parceiro ao financiar a aquisição de tratores para os pequenos produtores bolivianos.

Durante a infância de Evo, sua família passava por dificuldades financeiras que acabavam por dificultar seus estudos. Justamente para que as crianças de hoje na Bolívia não passem pelo que ele passou foi criado o Bonus Juancito Pinto, que dá uma “mesada”, em dinheiro, aos alunos da primeira à sexta série do ensino fundamental para que não abandonem os estudos. Na outra ponta do espectro social esta a Renda Dignidade. Esta tem por meta melhorar as condições de vida de quem tem mais de 60 anos, dando 200 pesos bolivianos (aproximadamente R\$58,00) aos cidadãos que não possuem aposentadoria e 160 aos que a possuem. Vão receber esse dinheiro aproximadamente 700 mil idosos, e segundo Álvaro Linera, vice presidente da gestão de Evo, “os 205 milhões de dólares anuais necessários para pagar o benefício aos maiores de 60 anos não são dinheiro do presidente, nem do vice, nem das prefeituras. É dinheiro dos bolivianos, dos ganhos trazidos pelos nossos recursos naturais, pelo petróleo e pelo gás” (BARBOSA FILHO, 2008). De acordo com as projeções oficiais, esse dinheiro concedido aos idosos somado ao concedido às crianças em idade escolar reduzirá o índice de pobreza dos atuais 59,9% para aproximadamente 40% em 2015.

Tabela 1: Indicadores de Pobreza de 1999 até 2006

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	1999	2000	2001	2002	2005	2006
BOLÍVIA							
Incidência de pobreza	Porcentagem	63,47	66,38	63,12	63,33	59,63	59,92
População total	Pessoas	8.000.798	8.274.803	8.248.404	8.547.091	9.366.312	9.600.809
População pobre	Pessoas	5.078.106	5.492.814	5.206.393	5.412.566	5.584.772	5.752.902
Área Urbana							
Incidência de pobreza	Porcentagem	51,36	54,47	54,28	53,91	48,18	50,27
População total	Pessoas	5.035.535	5.268.526	5.148.771	5.330.045	6.001.837	6.065.496
População pobre	Pessoas	2.586.251	2.869.766	1.682.481	2.873.265	2.891.635	3.049.317
Área Rural							
Incidência de pobreza	Porcentagem	84,00	87,02	77,69	78,80	80,05	76,47
População total	Pessoas	2.965.263	3.006.277	3.099.633	3.217.046	3.364.475	3.535.313
População pobre	Pessoas	2.490.821	2.616.062	400.080	2.535.037	2.693.137	2.703.585

Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística)

A tabela acima nos mostra, em primeiro lugar, que os indicadores de pobreza vêm caindo gradativamente na Bolívia, se comparados aos da década passada, mesmo com o aumento da população. Devemos lembrar, contudo, que Evo tomou posse em 2006, assim sendo não existem dados referentes à pobreza disponíveis para os anos de 2007 e 2008. Por isso, pela tabela acima podemos apenas analisar o ano de 2006 da gestão Morales. Mesmo assim, podemos observar os efeitos da reforma agrária de Evo, que reduziu de 84% para 76% o nível de pobreza relativo às áreas rurais em apenas um ano, resultado significativo. Dados que ficam ainda mais claro ao analisarmos o gráfico 6, que mostra a diminuição da porcentagem da população considerada pobre de acordo com os critérios utilizados pela CEPAL.

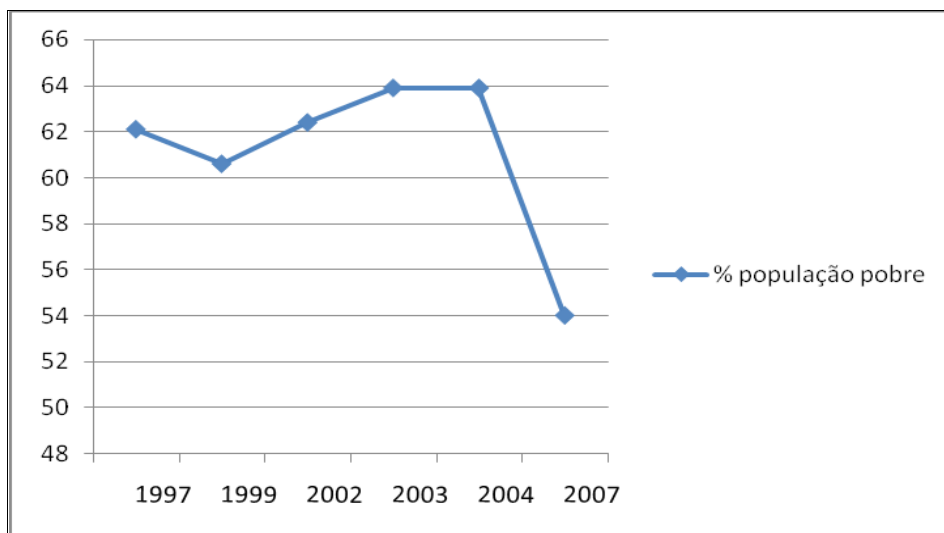


Gráfico 6: Evolução da porcentagem da população pobre na Bolívia
Fonte: CEPAL

5.7 Outros dados sobre a Bolívia e América Latina

A Bolívia tem hoje uma população de aproximados 9 milhões de habitantes (CIA World Fact Book, 2008). As cidades com as maiores populações são La Paz, capital do país, com aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, Santa Cruz, com aproximados 2 milhões e Cochabamba com aproximadamente 1,5 milhão de habitantes (INE, 2008). Cabe ressaltar que o departamento de Santa Cruz é o que tem os melhores índices de desenvolvimento humano (IDH⁸), de acordo com o último censo disponível, realizado em 2001. Das quinze cidades com os melhores índices de IDH na Bolívia, sete ficam no departamento de Santa Cruz, sendo Santa Cruz de la Sierra a cidade que possui o índice mais alto. Estatística que não chega a ser uma surpresa, devido à preferência em obter recursos federais que o departamento teve durante décadas, como foi explicado anteriormente. Para efeitos de comparação, Santa Cruz de la Sierra tem um IDH, de 0,723 número não muito distante do IDH do Brasil, que é o 69º no ranking mundial de IDH com média de 0,792. Enquanto que o IDH do país como um todo é de 0,692, colocando a Bolívia como 115º no mesmo ranking de acordo com o “*Human Development Report*” das Nações Unidas de 2008.

O produto interno bruto do país foi de 13,1 bilhões de dólares em 2007, e vem crescendo acima dos 4% ao ano desde 2006, como mostra o gráfico 7. O setor agrário

⁸ O IDH, ou índice de desenvolvimento humano, é uma unidade de medida que engloba os critérios de riqueza, educação e expectativa de vida para avaliar o nível de bem estar da população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo paquistanês Mahbub ul Haq e vem sendo usado desde então pela ONU para comparar a qualidade de vida entre os países. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009).

respondeu por 14,2% desse valor, o setor industrial por 31,5% e o setor de serviços por 54,3% (Banco Mundial, 2008).

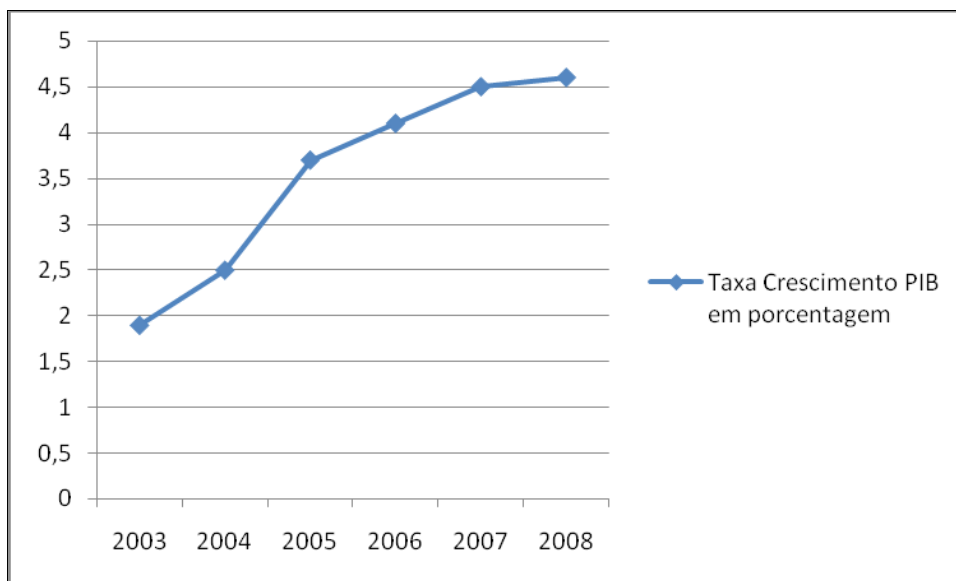


Gráfico 7: Taxa de crescimento do PIB da Bolívia
Fonte: CIA World Fact Book, 2008

Alem do crescimento do PIB, o país também vem aumentando consideravelmente o seu PIB per capita, principalmente devido às nacionalizações dos hidrocarbonetos que significaram um crescimento do valor das exportações, como mencionado anteriormente. Uma maneira mais precisa do que o PIB per capita de avaliar a variação do poder de compra dos bolivianos é a paridade do poder de compra (PPC⁹), que, após ter caído do ano de 2000 ao ano de 2004, voltou a crescer, e atingiu U\$4400 dólares per capita em 2008, último dado disponível, como mostra o gráfico 8. Isso significa dizer que o crescimento do poder de compra dos cidadãos bolivianos cresceu aproximadamente 45% entre os anos de 2000 e 2008, dado ilustrado na tabela 2.

⁹ O PPC é uma unidade de comparação do poder de compra entre países. Toma-se um conjunto de preços comuns como medida de base para estimar variáveis de consumo. Ou seja, o PPC mede o quanto uma moeda compra em termos internacionais, já que bens e serviços têm preços diferentes de um país para outro. É um índice mais fiel do que o PIB per capita, pois leva em consideração os diferentes custos de vida em cada país, e não somente a taxa de cambio.

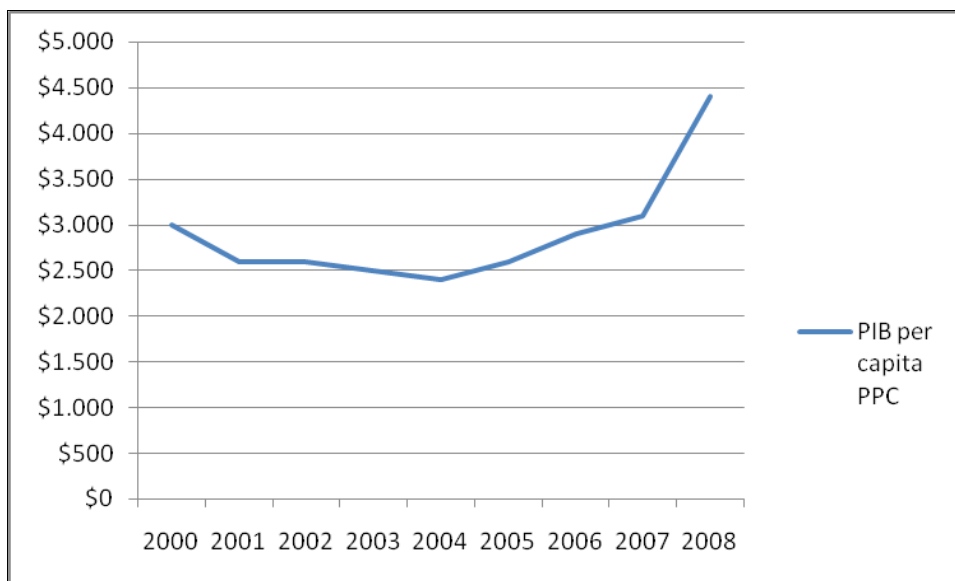


Gráfico 8: PIB per capita da Bolívia de acordo com a PPC

Fonte: CIA World Fact Book, 2008

Tabela 2: Índices de paridade do poder de compra (PPC) da Bolívia

Ano	PPC per Capita	Variação	PPC da Bolívia (em Bilhões de dólares)	Variação
2000	\$3.000		24,2	
2001	\$2.600	-15%	20,9	-16%
2002	\$2.600	0%	21,4	2%
2003	\$2.500	-4%	21	-2%
2004	\$2.400	-4%	21,01	0%
2005	\$2.600	8%	22,33	6%
2006	\$2.900	10%	25,82	14%
2007	\$3.100	6%	27,87	7%
2008	\$4.400	30%	39,78	29%

Fonte: CIA World Fact Book, 2008

A seção da tabela intitulada PPC da Bolívia representa o PIB através da PPC, ou seja, é o valor de tudo que foi produzido na Bolívia no determinado ano, multiplicado pelo valor da produção (preço) desses mesmos produtos no mesmo período nos Estados Unidos. É uma ponderação difícil de computar, pois muitos produtos bolivianos não têm um equivalente nos Estados Unidos, mas reflete com maior precisão o poder de compra do país.

Com base nos dados apresentados, vemos que esta se reduzindo a porcentagem da população considerada pobre ao mesmo tempo em que se tem um crescimento da PPC per capita dos bolivianos. Além disso os projetos sociais do governo Morales tratam dos menos

favorecidos para que se melhore a distribuição de renda. Dessa maneira, se pode concluir empiricamente que a política do governo é acertada.

6. CONCLUSÃO

Iniciamos essa pesquisa com o intuito de demonstrar, ou avaliar o desempenho do governo Morales e seu impacto na população boliviana. Para isso, se tornou necessário estudar o desenvolvimento da sociedade boliviana, o que me levou ao período pré-colonização como ponto de partida. Através desse estudo se tornou mais clara a trajetória da formação do estado boliviano, passando pela independência, pelas guerras do século XX, para finalmente, chegar ao Consenso de Washington, marco do neoliberalismo que precede e influencia as gestões do poder público na Bolívia até o ano de 2006, em que Morales assume o governo. A Bolívia, assim como grande parte dos países da América Latina, passou por uma série de reformas no final da década de 1980 e durante a década de 1990 a fim de se inserir no processo neoliberal que norteava a perspectiva de desenvolvimento à época. Essas reformas passavam obrigatoriamente pela privatização dos hidrocarbonetos, maior fonte de recursos do país. Dessa maneira, a população viu seus representantes “entregarem” a empresas multinacionais o que eles tinham de mais valioso, os recursos naturais. Durante este período até recursos hídricos foram privatizados, fato que causou revolta entre a população.

Dessa revolta e da descrença da população quanto ao futuro e a seus governantes surgiu a necessidade de mudanças, pois as reformas foram feitas, mas o prometido desenvolvimento não veio, principalmente entre a população mais pobre que constitui boa parte da população boliviana. Como cita Hoyedo Nunes Lins, em seu artigo intitulado “*Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI*”:

o que realmente impulsionava os confrontos era o tema da pobreza, pois as reformas não diminuíram a exclusão social, e sequer os crescentes investimentos externos, privilegiando os setores de petróleo e gás, geravam ganhos expressivos de emprego. (NUNES LINS, 2009)

Em meio a essa crise de representatividade e de descrença surge o MAS, tendo como seu principal representante Evo Morales, de origem ameríndia e da etnia aymara, passa a ser um representante da luta pela terra, pela nacionalização dos recursos naturais e principalmente um representante dos indígenas que vinham sendo marginalizados há décadas por políticos que não defendiam o bem do país e sim, seus próprios interesses. Em 2006, Morales é empossado como o 14º presidente da Bolívia, sendo o primeiro ameríndio. Durante seu mandato ele busca reverter as privatizações, liderando a nacionalização dos setores de gás natural e petróleo, fato que aumenta consideravelmente as receitas de exportação do país,

como mostra o capítulo anterior. Internamente, Evo inicia o processo de reforma agrária para desapropriar terras improdutivas e redistribuí-las entre a população carente, são criados planos de auxílio (no estilo do bolsa-familia do Brasil) à população idosa e às crianças em idade escolar.

Com essas medidas Morales começa a mudar um panorama multissecular de submissão dos povos indígenas aos interesses das elites regionalistas da Bolívia. Com o crescimento da arrecadação federal em função principalmente da re-nacionalização de setores chave, Morales tem conseguido canalizar esses recursos a quem mais precisa deles, premissa básica da assistência social.

A meu ver, apesar de tudo que foi feito em pouco mais de três anos de governo MAS, para mudar o quadro atual, em que a Bolívia ainda figura entre os países mais pobres da América Latina, é preciso uma ação prolongada e contínua de assistencialismo, além de uma melhor divisão de renda e da continuidade do processo de reforma agrária. Mas comparando a atual situação com a do início do século (governo Sanchez Lozada), eu diria que a Bolívia se encontra hoje mais perto de se tornar uma nação verdadeiramente democrática e a caminho do desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

ALI, Tariq (2008), *Piratas do Caribe: o eixo da esperança*. Rio de Janeiro, Editora Record.

ARRIGHI, Giovanni (1997), *A Ilusão do Desenvolvimento* Petrópolis, Editora Vozes.

BANCO Mundial (2008). *Bolívia at a glance* disponível em http://devdata.worldbank.org/AAG/bol_aag.pdf. Acesso em maio de 2009.

BARBOSA Filho, Antonio (2008) “*A Bolívia de Evo Morales*”, Editora Livro Pronto.

BATISTA, Paulo Nogueira (1994) *O Consenso de Washington: A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos*. Consulta Popular.

BOLÍVAR, Simon. FORNOFF, David e BUSHNELL, Frederick (2003) *El Libertador: writings of Simon Bolívar*, Oxford University Press, EUA

CARMO, Márcia (2008) *Entenda o referendo sobre autonomia na Bolívia* publicada no site da rede britânica BBC em maio de 2008. Acessado através do link: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080502_boliviareferendoqanda_f_p.shtml

CARUSO, Mareia M. Leal e CARUSO, Raimundo C. (2008) *Bolívia Jakaskiwa*, Florianópolis: Editora INTL.

CAVALLARI, Marcelo (2006) *Por que essa bofetada em nós ?* publicada na revista ÉPOCA de 5 de maio.

CIA World Factbook (2008). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index> Acesso em maio de 2009.

ESTENSSORO, Victor Paz. (1964) *La Revolución Boliviana*, La Paz: Dirección Nacional de Informaciones.

GALEANO, Eduardo (1976) *As veias abertas da America Latina*, São Paulo: Editora Paz e Terra.

Imagem do império obtida no banco publico virtual Wikimedia: disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inca-expansion.png>

Instituto Nacional de Estadística – INE disponível em: <http://www.ine.gov.bo/default.aspx>. Acessado em maio 2009.

JOHANSEN, Carlos e LORINI, Irma. (2007) *A trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia*. Rio de Janeiro, Novos Estudos 77.

LEO, Sergio. (2008) *1ª Brasil na agenda de Venezuela e Bolívia*, Valor Econômico de Março de 2008.

LEVY, Johanna (2008) *Em favor da folha de Coca*. Le Monde Diplomatique edição de maio de 2008

LINS, Hoyedo N. (2009) *Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI* publicado na Revista de Economia Política vol. 29 de Abril de 2009.

LUIZAGA, Jorge M. e NATCHEFF, Viviane Del Caprio. (2007) *Modelo socio-cultural, sócio-político e sócio-econômico de grupos indígenas de la region andina*, in “Cultura y desarrollo: casos de America latina”. GTZ-Goethe Institut D-Eschborn.

MENEZES, Alfredo da Mota (2008) *A Revolução Boliviana de 1952 – Antecedentes* Acesso em: http://www.africamerica.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47:a-revolucao-boliviana-de-1952-antecedentes&catid=38:america

PHILLIPS, Kevin (2008) *Why Wall Street Socialism Will fail* acessado em maio de 2009 e disponível em: <http://www.bad-money.com/node/214>

PREBISCH, Raul (1963) *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. Editora Fundo de Cultura.

PENNA FILHO, Pio. (2008) *O governo lula e a Bolívia* Acessado em Março de 2009, e disponível em: <http://www.africamerica.net/index.php>

RIEFF, David (2005) *A segunda vinda de Che?* publicado no jornal The New York Times de 20 Novembro de 2005

SADER, Emir (2006) *A Revolução Democrática Na Bolívia*,. Programa de las Américas. Silver City, NM: International Relations Center

SILVA, Aparecida de Moraes e MEDEIROS DE MELO, Beatriz (2009) *Soja: a expansão dos negócios* publicada no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* de Fevereiro de 2009.

Site: <http://www.evomoraes.net/> em Fevereiro 2008

Site do Programa das nações unidas para o desenvolvimento, disponível em <http://www.pnud.org.br>, acessado em maio de 2009.

SILVER, Beverly & ARRIGHI, Giovanni (2001) *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, Editora Contraponto.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979) *The Capitalist World Economy*, Cambridge University Press, New York, USA.

_____, Immanuel (2000) *The Essential Wallerstein*. New York: The New York Press.